

BANCO
MERCANTIL

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS EM IFRS**

JUNHO DE 2026

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – MENSAGEM AOS ACIONISTAS	3
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	12
BALANÇO PATRIMONIAL	14
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	15
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	16
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	18
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	19
NOTAS EXPLICATIVAS:	
1. CONTEXTO OPERACIONAL	20
2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	20
3. DEMONSTRAÇÃO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	32
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	34
5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	34
7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO.....	37
8. ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS.....	40
9. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA.....	42
10. OUTROS ATIVOS	43
11. OUTROS INVESTIMENTOS.....	43
12. IMOBILIZADO.....	44
13. INTANGÍVEL.....	45
14. PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO.....	45
15. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES	46
16. OUTROS PASSIVOS.....	47
17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	48
18. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS.....	51
19. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS.....	53
20. PLANOS DE BENEFÍCIOS.....	56
21. GERENCIAMENTO DOS RISCOS E GESTÃO DO CAPITAL	56
22. OUTRAS INFORMAÇÕES	66
23. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	66

Senhoras e Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras consolidadas no padrão internacional de contabilidade do Banco Mercantil do Brasil S.A.

CONJUNTURA ECONÔMICA

A economia global mantém ritmo de desaceleração moderada, com projeções de crescimento anual da ordem de 3,0%, após registrar 3,2% em 2025. Embora os conflitos geopolíticos tenham pressionado os custos de energia no semestre, a atividade econômica foi sustentada pelo forte ciclo global de investimentos em tecnologia e inteligência artificial.

No Brasil, a atividade econômica continua com crescimento moderado. Projeções recentes indicam expansão anual do PIB da ordem de 2,0%, ante 2,3% do ano anterior.

De fato, indicadores setoriais recentes corroboram a tendência de desempenho econômico moderado. O setor de serviços apresentou alta de 1,9% no acumulado até maio (últimos dados de mercado disponíveis), na comparação com igual período do ano anterior. O comércio e a indústria também exibiram fraco desempenho na mesma base de comparação.

O comércio exterior continua contribuindo significativamente para a atividade econômica, embora o cenário internacional continue desafiador. As exportações alcançaram US\$ 184,8 bilhões (crescimento de 11,5%) e a corrente de comércio US\$ 327,2 bilhões (crescimento de 8,6%), com superávit de US\$ 42,3 bilhões (crescimento de 40,3%).

No que tange ao comportamento da inflação, o IPCA mostrou trajetória de alta no semestre, acumulando 3,36% nos primeiros seis meses do ano e 4,64% nos últimos doze meses findos em junho. Projeções recentes indicam inflação da ordem de 5,15% em 2026, bem acima do teto da meta governamental de 4,5%. Neste contexto, a política monetária permanece em patamar restritivo, com a taxa Selic em 14,25% a.a.

O crédito no Sistema Financeiro Nacional evoluiu 2,3% no acumulado até maio (últimos dados de mercado), ante 3,1% em igual período de 2025. O crédito para pessoas físicas cresceu 3,6% até maio, ante 4,2% em igual período do ano anterior. As provisões para risco de crédito no Sistema Financeiro Nacional posicionaram em 7,9%.

SOBRE O MERCANTIL

O Mercantil, instituição financeira de capital privado nacional de médio porte, notabiliza-se pela especialização no público maduro. Com mais de 80 anos de história, a Instituição conecta pessoas físicas e jurídicas a um portfólio completo de produtos e serviços, suportado por uma estratégia que integra canais físicos e digitais, entregando soluções para mais de 10 milhões de clientes. Assim, o Mercantil vem se consolidando no mercado como uma referência no atendimento ao público 50+.

Essa trajetória de sucesso é sustentada por pilares estratégicos muito bem definidos:

- Portfólio financeiro totalmente aderente ao perfil do seu público.
- *Funding* expressivo e pulverizado, com custo eficiente.
- Inovação tecnológica contínua.
- Atendimento multicanal humanizado.

O acerto desta estratégia vem se traduzindo, ano após ano, em resultados crescentes, mesmo diante de cenários macroeconômicos desafiadores.

Especialização em Crédito Consignado e Disciplina de Risco

Na carteira de crédito, o grande destaque é o Crédito Consignado para beneficiários do INSS, segmento no qual o Banco acumula décadas de profundo conhecimento comportamental e regulatório. A Instituição dispõe

também de outras linhas estratégicas que ampliam a base de clientes e diversificam as fontes de originação, como a Antecipação do Saque Aniversário FGTS e o Crédito Consignado Privado.

Soma-se a isso a capacidade da liderança e dos gestores do Banco de identificar e capturar oportunidades, sem abrir mão da criteriosa disciplina de risco que sempre pautou a Instituição.

Essa abordagem garante um atendimento de excelência ao cliente e assegura ao Mercantil rentabilidade, sustentabilidade e um posicionamento diferenciado entre os bancos de médio porte.

Protagonismo diante da transformação demográfica

Esse posicionamento ganha ainda mais relevância com a transição demográfica do Brasil, que aponta para um contingente cada vez maior de pessoas com mais de 50 anos. Trata-se de um público com expressivo poder de consumo e demandas específicas, que busca segurança, relacionamento e qualidade. Atento a esse movimento estrutural, o Mercantil reafirma seu protagonismo na construção do melhor ecossistema para o público 50+, focando na experiência integral do cliente.

Em sintonia com esse objetivo, o Banco decidiu para o exercício de 2026 alavancar o portfólio com sustentabilidade, crescer a base de beneficiários para além do leilão do INSS, expandir seu relacionamento não bancário, diversificar e ampliar seus canais de captação e aquisição de clientes. Assim, busca expandir o relacionamento de longo prazo e reduzir a dependência de uma única fonte de originação. Esse movimento reflete a maturidade do modelo de negócio, que trata o crescimento sustentável como uma responsabilidade de todas as áreas da instituição.

Rede de atendimento e a evolução tecnológica

Um dos grandes diferenciais competitivos do Mercantil está no equilíbrio entre sua atuação como banco digital e a manutenção de uma rede de atendimento presencial estrategicamente distribuída pelo País. Essa combinação atende tanto o perfil de cliente que busca a agilidade dos canais digitais quanto aquele que valoriza o contato humano e próximo. Ao dar a liberdade de escolha, o Banco materializa seu compromisso de colocar o cliente no centro de sua estratégia.

Essa mesma disciplina guia a evolução digital da instituição. A experiência e o preparo dos gestores, somados ao domínio técnico e ao engajamento das equipes, têm sido fundamentais para superar, com sucesso, os desafios de um cenário regulatório em constante transformação.

Capital humano e reconhecimentos do mercado

A evolução alcançada é impulsionada pelo investimento contínuo em suas pessoas. De fato, historicamente são destinados importantes recursos à capacitação técnica, desenvolvimento comportamental e fortalecimento da cultura organizacional, visando manter equipes diversas, preparadas e engajadas.

Esse compromisso com as pessoas tem sido um grande destaque, elevando o Banco a um patamar de referência no mercado. Neste sentido, merece evidência a premiação conferida pela Gupy, através do selo de empresa que assegura retorno estruturado aos participantes dos processos seletivos. Além disso, o Mercantil foi eleito Empresa do Ano no Prêmio ClienteSA 2026, conquistando ainda os troféus Ouro e Bronze por iniciativas de humanização e segurança no atendimento. É nesse contexto que mais uma vez o Banco também foi reconhecido pelo Instituto *Great Place to Work* (GTPW) como a 4ª melhor empresa para se trabalhar em Minas Gerais.

Diversificação de receitas e ecossistema de valor

No campo da diversificação de receitas, o destaque é a evolução do Meu+, um ecossistema pioneiro de assistências voltado para a qualidade de vida dos clientes, entregando serviços diversos. Ao solucionar necessidades que vão além do crédito financeiro tradicional, o Meu+ tornou-se um vetor estratégico para a atração, aquisição, retenção e consolidação da principalidade dos clientes, comprovando a maturidade da estratégia do negócio.

Solidez patrimonial e resultados

É combinando eficiência de processos e foco no cliente que o Banco entrega, de forma consistente e contínua, uma destacada rentabilidade. Essa performance é suportada por uma carteira de crédito qualificada e uma sólida base de capital, com o Índice de Basileia mantido em patamar significativamente superior aos limites mínimos exigidos. Essa robustez patrimonial assegura a capacidade de absorção de riscos e o crescimento orgânico da carteira, e os dados quantitativos do primeiro semestre de 2026 confirmam a continuidade dessa trajetória de solidez e rentabilidade.

Iniciativas de marca e relacionamento com o público 50+

No campo da comunicação institucional, merece registro o lançamento, no período, de nova campanha de marca voltada ao público 50+, que buscou reforçar, por meio de repertórios culturais de ampla identificação com esse segmento, os atributos de confiança e proximidade que sustentam a estratégia comercial da Instituição. A iniciativa integra o conjunto de ações de diversificação dos canais de aquisição de clientes e de fortalecimento da marca junto à economia prateada.

O Mercantil reafirma seu compromisso com a governança corporativa responsável, a gestão prudente de riscos, a geração de valor sustentável para acionistas, clientes, colaboradores, parceiros e para a sociedade. Esse compromisso, somado a uma comunicação transparente, leve, didática, simples e próxima, consolida sua posição como instituição de referência no Sistema Financeiro Nacional.

- **Canais de Atendimento**

No período, houve continuidade aos investimentos em sua bem-sucedida transformação digital. A estratégia, orientada à escalabilidade, à eficiência operacional e à centralidade do cliente, tem resultado em soluções seguras, simples e acessíveis, especialmente ao público 50+.

- **App Mercantil**

A evolução no App Mercantil segue sustentada por fortes investimentos em tecnologia e na experiência do usuário. O Banco mantém a infraestrutura 100% em nuvem com a parceria estratégica da Google, garantindo a estabilidade e a velocidade que nossos clientes exigem.

A consolidação da estratégia digital reflete-se em números expressivos: o App Mercantil foi responsável por 55% do total de transações, com mais de 3,2 milhões de clientes utilizando o canal e totalizando mais de 452 milhões de transações. A relevância da plataforma é evidente, com 37,5% dos produtos sendo contratados diretamente pelo aplicativo. Além disso, o engajamento do público INSS permanece alto, com 83,8% de adesão ao app, sendo 68,2% realizada no mesmo dia da abertura da conta.

Em 2025, o Banco elevou o nível da inovação em prol da conveniência, entregando um pacote robusto de novas funcionalidades focadas em segurança, facilidade e expansão de serviços.

No que tange à segurança, foi implementado o MFA (Autenticação Multifator) na liberação de dispositivos, adicionando uma camada extra de proteção. Além disso, foi entregue o BC Protege, reforçando nosso compromisso com a prevenção a fraudes e a segurança do ecossistema financeiro.

Quanto às facilidades para o Beneficiário INSS, a jornada do nosso principal público foi simplificada mediante melhorias no desbloqueio do benefício e na portabilidade de benefício, garantindo que o cliente tenha acesso aos seus recursos de forma rápida e sem burocracia.

Na expansão de crédito e serviços, a oferta de crédito foi aprimorada com a portabilidade de crédito via *Open Finance*, oferecendo condições mais competitivas. Foi lançada também a contratação simplificada do Meu+, ampliando as vantagens para o correntista. Nos meios de pagamento e conta, o ecossistema Pix foi fortalecido com o Pix Automático, ideal para pagamentos recorrentes. Para modernizar o uso de cartões, foi disponibilizado o cartão virtual para compras online mais seguras e a adesão facilitada ao exclusivo Cartão Diamante.

Assim, o App Mercantil consolida-se não apenas como um canal transacional, mas como um "Super App" que centraliza a vida financeira do cliente, oferecendo segurança de ponta a ponta e uma experiência cada vez mais completa e integrada.

- **Mercantil - Canal WhatsApp**

O Banco Mercantil acelerou sua evolução digital ao eleger o WhatsApp como uma das principais portas de acesso para seus clientes, utilizando um canal já presente na rotina desse público, incluindo o 50+. Essa sofisticação tornou o Banco um case global, reconhecido pela própria Meta devido à sua capacidade de gerar conversões completas dentro do ecossistema de mensageria.

Mais do que uma ferramenta, o WhatsApp consolidou-se como o pilar central da transformação da instituição, integrando tecnologia, negócios e relacionamento. Este modelo redefiniu a escalabilidade do Banco, permitindo que novas jornadas e produtos sejam implementados em ritmo acelerado. O Crédito ao Trabalhador, por exemplo, rapidamente se tornou um dos destaques do canal, provando a eficácia da plataforma em engajar novos perfis de público e diversificar a oferta de crédito com agilidade.

- **ATMs**

Pelas singularidades do público-alvo, permanece o compromisso na garantia da disponibilidade do canal de autoatendimento e no aprimoramento contínuo da estrutura tecnológica. Essas soluções de negócio potencializam estratégias de abordagem direcionadas à prospecção de clientes, ao mesmo tempo em que asseguram a continuidade do atendimento.

Durante o primeiro semestre de 2026, o canal de autoatendimento registrou, em média mensal, 4,6 milhões de transações, sendo responsável por mais de 9 milhões de saques e 0,9 milhão de transações entre pagamentos, transferências e depósitos, além de desempenhar papel relevante na contratação de produtos.

Diante desse volume e diversidade de operações, os ATMs assumem papel estratégico na consolidação do relacionamento com os clientes e no suporte ao crescimento sustentável da Instituição.

Governança Corporativa Diferenciada (IGC)

O Banco Mercantil integra o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC) da B3 e está listado no Segmento Nível 1, evidenciando adesão a práticas que privilegiam transparência, equidade, *accountability* e responsabilidade corporativa.

Como emissor Nível 1, além das obrigações formais, a administração conduz programa estruturado de relacionamento com investidores, incluindo teleconferências e reuniões públicas, para apresentar resultados, perspectivas e indicadores de desempenho, reforçando o diálogo com acionistas e demais *stakeholders*.

A estrutura de governança também incorpora processos bem fundamentados de gestão de riscos, *compliance* regulatório e controles internos, em linha com as diretrizes prudenciais aplicáveis ao sistema financeiro. Informações adicionais estão disponíveis em <https://ri.bancomercantil.com.br/>.

Desenvolvimento Sustentável e Práticas ESG

A sustentabilidade permanece como pilar estratégico e transversal no modelo de negócios, orientando a geração de valor compartilhado de longo prazo e o fomento à inclusão financeira. Alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), a governança corporativa do Grupo Mercantil integra a busca por resultados econômico-financeiros consistentes com a mitigação de riscos e com a perenidade socioambiental.

No âmbito social e de relacionamento, a atuação foca na democratização do acesso a serviços financeiros e no fortalecimento da autonomia dos clientes, associando a eficiência dos canais digitais à proximidade humanizada da rede física. A estratégia ESG reflete-se no apoio contínuo a iniciativas de fomento à saúde, cultura, esporte e cidadania, além da disseminação de conteúdos gratuitos de letramento e educação financeira. Internamente, o Mercantil investe na evolução de sua cultura organizacional e do clima do ambiente

de trabalho, mantendo programas estruturados de acolhimento e preservação do bem-estar e da saúde mental de seu corpo de colaboradores.

Na dimensão ambiental e climática, a gestão operacional segue pautada pela ecoeficiência e pela plena aderência às diretrizes da Política de Responsabilidade Ambiental, Social e Climática (PRSAC). As ações institucionais concentram-se na otimização do consumo de recursos naturais, na gestão responsável e destinação adequada de resíduos corporativos (modelo *paperless*) e na transição contínua da matriz de consumo energético para fontes de energia renovável e limpa, mitigando o impacto ambiental e as emissões de gases de efeito estufa decorrentes de suas atividades operacionais.

Na gestão de riscos e concessão de crédito, a análise de contrapartes adota critérios rigorosos de conformidade socioambiental e climática, apoiada em sistemas de monitoramento territorial e no cruzamento com alertas de órgãos oficiais para mitigar a exposição a setores restritos ou a atividades de potencial impacto negativo relevante. Paralelamente, em resposta às evoluções do mercado digital, o gerenciamento de riscos não financeiros abrange estruturas robustas e níveis complementares de proteção voltados à segurança cibernética e à estrita privacidade dos dados dos usuários.

No que tange à governança e ética corporativa, os processos institucionais fundamentam-se em decisões colegiadas de alto nível, na transparência e no cumprimento integral de leis e regulamentos vigentes. Os instrumentos de conformidade, incluindo as revisões periódicas do Código de Ética, atualizado para abranger o uso responsável de novas tecnologias, e a aplicação da política de validação de terceiros (*Know Your Partner*), asseguram que fornecedores e parceiros de negócios mantenham estrito alinhamento aos valores do Banco. Esse ecossistema de controles e conformidade assegura a manutenção dos mais elevados índices de excelência em auditorias de autorregulação setorial e de prevenção a ilícitos.

O Banco Mercantil reafirma, dessa forma, seu papel como agente de transformação e indutor de boas práticas de mercado, pautando suas operações pela integridade e prestação de contas. Detalhes adicionais sobre nossas diretrizes de governança e práticas ESG estão disponíveis em <https://ri.bancomercantil.com.br/>.

Talentos e Cultura

Os investimentos em capital humano e a persistente busca por inovação tecnológica têm propiciado um ambiente corporativo moderno e dinâmico, consolidando seu ingresso na Era Digital e permitindo a geração de resultados crescentes e sustentáveis.

Política de Equidade – Informações Consolidadas

O Mercantil e suas controladas dispõem de Política de Equidade de que trata o §6º do artigo 133 da Lei nº6.404/1976.

Neste contexto, a política de contratação dispõe que o processo de indicação deverá considerar pessoas com características e perfis diferentes, visando a complementaridade de competências e a diversidade, como critérios de gênero, raça e idade, entre outros. Como resultado desta política tem-se o seguinte cenário:

- Programas como Vagas 50+ e ações de sensibilização sobre inclusão.
- Adoção de modelo de trabalho híbrido onde possível e melhorias na acessibilidade.
- Proporção de mulheres superior a 50%:

Período / Gênero	Mulheres	Homens	Total
31/12/2025	2.133	1.652	3.785
30/06/2026	2.193	1.628	3.821

Contratação e Níveis Hierárquicos

No primeiro semestre de 2026, 249 mulheres foram contratadas, representando 58,9% do total de contratações. A distribuição por níveis hierárquicos foi a seguinte:

Nível Hierárquico / Gênero	30/06/2026		31/12/2025	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Diretoria	19,10%	80,90%	16,00%	84,00%
Superint/Gerente/Consult	39,34%	60,66%	36,29%	63,71%
Coord/Superv/Espec	38,36%	61,64%	37,61%	62,39%
Administrativo	48,81%	51,19%	47,42%	52,58%
Comercial	59,54%	40,46%	58,17%	41,83%
Operacional	63,95%	36,05%	63,06%	36,94%
Estagiário	62,79%	37,21%	61,64%	38,36%
Total Geral	57,22%	42,78%	55,86%	44,14%

Remuneração Equitativa

Atrair e reter os melhores talentos é fundamental para o Mercantil. Por isso, a política de remuneração foi construída com base nas melhores práticas do mercado e em ferramentas globais, refletindo esse compromisso.

O compromisso com a equidade salarial é permanente e efetivo, conforme demonstra a remuneração média:

(Em R\$)

30/06/2026	Remuneração Fixa		Remuneração Variável	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Superint/Gerente/Consult	20.375,32	20.959,22	12.854,52	14.063,63
Coord/Superv/Espec	13.667,50	15.073,23	10.155,58	4.842,30
Administrativo	6.890,33	7.970,86	-	-
Comercial	5.829,27	6.930,83	4.650,13	5.685,77
Operacional	3.386,69	3.480,94	1.765,47	1.784,56
Estagiário	2.537,31	2.559,06		

31/12/2025	Remuneração Fixa		Remuneração Variável	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Superint/Gerente/Consult	19.566,41	21.159,87	11.301,42	10.259,96
Coord/Superv/Espec	13.559,33	14.669,55	9.706,62	10.357,46
Administrativo	6.855,35	8.025,29	1.980,11	2.717,64
Comercial	5.830,47	6.849,99	4.621,65	5.230,54
Operacional	3.368,35	3.448,27	2.005,80	2.005,57
Estagiário	2.536,31	2.527,55	-	-

Assim, o Mercantil acredita que “Diferenças Somam”, promovendo um ambiente de trabalho mais humano, empático e colaborativo. Essa abordagem fortalece o respeito às particularidades dos colaboradores e impulsiona soluções inovadoras para a empresa.

Gestão do Capital e de Riscos - Basileia III

A Estrutura de Gerenciamento de Capital está alinhada ao modelo de negócios e ao perfil de riscos da Instituição, permitindo uma avaliação robusta das necessidades de capital para sustentar o crescimento projetado. Essa abordagem também favorece uma visão prospectiva, antecipando eventuais demandas de capital decorrentes de mudanças nas condições de mercado.

Os limites operacionais são apurados de forma consolidada, e o índice de adequação do capital (conforme as diretrizes de Basileia III) atingiu 17,2% bem acima do mínimo regulatório de 10,5%, já considerando o adicional de capital principal. Informações detalhadas podem ser consultadas na Nota Explicativa nº 21.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro

O Banco possui políticas, procedimentos, controles internos e monitoramento contínuo destinados à prevenção e combate à lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. As orientações para cumprimento das políticas e procedimentos estão disponíveis em Ato Normativo interno acessível a todos os colaboradores.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO – CONSOLIDADO

• Ativos

O Ativo total consolidado posicionou-se em R\$ 38,9 bilhões, crescimento de 9,5%. As disponibilidades e demais instrumentos financeiros alcançaram 91,6% do Ativo total.

O caixa e equivalentes de caixa somam R\$ 9,6 bilhões (24,6% do ativo total) e são utilizados para o gerenciamento de compromissos de curto prazo. Estão compostos por disponibilidades de R\$ 1,1 bilhão, aplicações interfinanceiras de liquidez no montante de R\$ 8,1 bilhões e R\$ 288,6 milhões de aplicações voluntárias no Banco Central.

Os principais ativos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes somam R\$ 1,6 bilhão (4,0% do ativo total) e são compostos por Letras Financeiras do Tesouro (R\$ 1,5 bilhão), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (R\$ 32,3 milhões), Certificados de Recebíveis Imobiliários (R\$ 16,3 milhões), dentre outros menos relevantes.

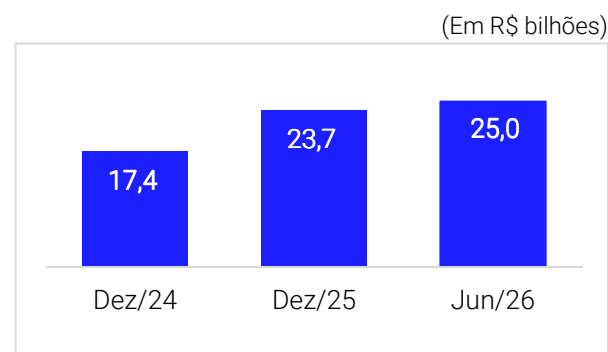
Nos ativos financeiros ao valor justo no resultado, vale destacar aplicações em cotas de fundo imobiliário de R\$ 42,8 milhões e em fundo de investimentos em direitos creditórios de R\$ 26,7 milhões.

Os ativos financeiros reconhecidos ao custo amortizado posicionaram-se em R\$ 32,9 bilhões (84,5% do ativo total) e estão representados, basicamente, por depósitos no Banco Central do Brasil, aplicações interfinanceiras de liquidez, operações de crédito e outros créditos.

As aplicações interfinanceiras de liquidez perfazem R\$ 8,2 bilhões (20,9% do ativo total) e estão representados, basicamente, por títulos públicos federais.

As operações de crédito e outros créditos alcançaram R\$ 25,0 bilhões (64,1% do ativo total), com expansão de 5,4% no semestre, apesar do cenário adverso no período. Todo esse

crescimento, com evidente qualidade, representa o resultado direto de uma estratégia bem definida e bem executada, com o trabalho de uma equipe obstinada por superar desafios. As principais linhas de crédito representam R\$ 24,2 bilhões (96,7%) da carteira de crédito e estão assim segmentadas e com os seguintes percentuais sobre a carteira de crédito: empréstimo consignado R\$ 18,5 bilhões (74,0%); crédito pessoal R\$ 3,1 bilhões (12,3%), empréstimo Saque FGTS R\$ 2,3 bilhões (9,0%); e Capital de Giro R\$ 340,7 milhões (1,4%). As provisões para perdas esperadas somam R\$ 1,2 bilhão (5,0%). Informações mais detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 7.4.



• Passivos

Captação de Recursos

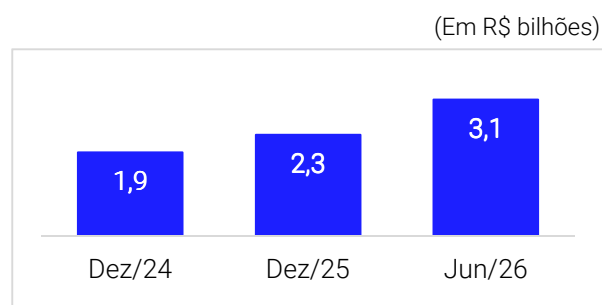
Os passivos financeiros registrados ao custo amortizado estão representados por captações no mercado interno no montante de R\$ 33,8 bilhões, dos quais R\$ 20,4 bilhões são provenientes de depósitos a prazo, recursos de aceites e emissão de títulos R\$ 9,7 bilhões, obrigações por operações vinculadas a cessões de R\$ 1,7 bilhão e instrumentos de dívida elegível a capital R\$ 1,1 bilhão, dentre outros menos relevantes. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 14.

As captações através de letras financeiras posicionaram-se em R\$ 9,2 bilhões. Desse total, R\$ 1,1 bilhão estão contabilizadas na rubrica do Passivo "Instrumentos de Dívidas Elegíveis a

Capital” de que trata a Resolução CMN nº 4.955/2021, dos quais R\$ 473,9 milhões estão sendo utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II; e R\$ 355,7 milhões como Capital Complementar.

- **Patrimônio Líquido**

O Patrimônio Líquido do Banco Múltiplo alcançou R\$ 3,1 bilhões, ante R\$ 2,3 bilhões em dezembro de 2025. No semestre houve a incorporação de capital social subscrito e integralizado de R\$ 498,5 milhões. Informações adicionais estão disponíveis na nota explicativa 17.1.



- **Resultados**

As Receitas de juros posicionaram-se em R\$ 5,0 bilhões (crescimento de 34,4%). Estão representadas, basicamente, por receitas de operações de crédito de R\$ 4,3 bilhões e resultado de títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez de R\$ 559,7 milhões.

As Despesas de juros somam R\$ 2,2 bilhão (crescimento de 41,9%) e estão compostas, basicamente, por despesas com operações de captação no mercado. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa 14.5.

- **Dividendos**

No período, os dividendos aos acionistas, na forma de juros sobre o capital próprio, provisionados/deliberados, totalizam R\$ 156,4 milhões. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 17.3.

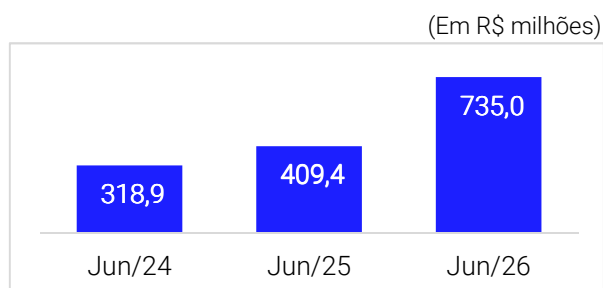
PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

As informações de participações, investimentos e outros eventos relacionados às empresas controladas encontram-se detalhadas na nota explicativa 2.2.

No semestre, ocorreu o fechamento do capital da Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, nos termos da oferta pública para aquisição de ações ordinárias e preferenciais da Companhia deferida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em 15 de janeiro de 2026, e atos complementares nos termos das normas de regência. Informações adicionais estão disponíveis no site: <https://ri.bancomercantil.com.br/>.

O Resultado Líquido de Juros após provisão para perdas esperadas com ativos financeiros alcançou R\$ 2,1 bilhões (crescimento de 20,1%).

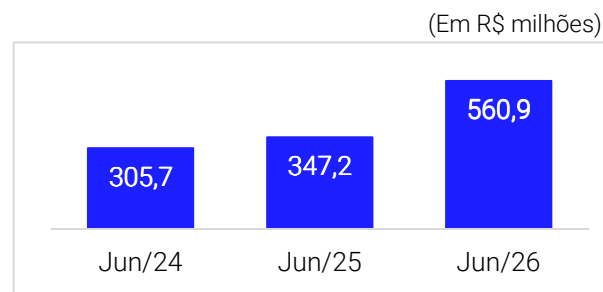
As Receitas de Prestação de Serviços somaram R\$ 735,0 milhões (R\$ 409,4 em igual semestre de 2025), expressivo crescimento de 79,5%.



As despesas de pessoal posicionaram-se em R\$ 460,3 milhões e as despesas administrativas somaram R\$ 834,5 milhões. Maiores detalhamentos estão disponíveis nas notas explicativas 18.2 e 18.3.

- **Lucro Líquido**

O Lucro Líquido alcançou R\$ 560,9 milhões, ante R\$ 347,2 milhões em igual semestre de 2025, crescimento de 61,5%.



RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Resolução CVM nº 162/2022, o Mercantil e suas empresas controladas informam que os serviços não relacionados à auditoria externa, quando contratados, fundamentam-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionais que preservam a independência e objetividade do auditor independente. No semestre, os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, realizaram exclusivamente serviços de auditoria externa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta oportunidade, agradecemos aos acionistas e clientes pela confiança e apoio com que nos têm prestigiado, bem como ao quadro de colaboradores que mais uma vez demonstrou incondicional compromisso para com as metas e objetivos do Banco Mercantil.

Belo Horizonte, agosto de 2026.

Administração



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial consolidado do Banco Mercantil do Brasil S.A. ("Banco") e suas controladas em 30 de junho de 2026, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e de seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2026, o desempenho consolidado de suas operações para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).



Banco Mercantil do Brasil S.A.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) consolidada, referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 4 de agosto de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	4	1.148.672	1.063.077
Instrumentos Financeiros		34.568.882	31.505.535
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5	1.567.589	1.423.798
Títulos e Valores Mobiliários	5.1	1.567.589	1.423.798
Ao valor justo por meio do resultado	6	73.643	88.141
Títulos e Valores Mobiliários	6.1	73.643	88.141
Ao custo amortizado	7	32.927.650	29.993.596
Depósitos no Banco Central	7.1	787.536	1.185.771
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.2	8.163.554	5.236.643
Títulos e Valores Mobiliários	7.3	-	630.199
Operações de Crédito e Outros Créditos	7.4.a)	24.989.962	23.717.380
(Provisão para perdas esperadas)	7.4.e)	(1.256.483)	(995.623)
Outros Ativos Financeiros	7.6	243.081	219.226
Ativos Fiscais	8	1.889.707	1.659.980
Correntes	8.1	389.097	271.084
Diferidos	8.2	1.500.610	1.388.896
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	9	46.776	46.870
Outros Ativos	10	478.762	428.774
Investimentos	11	31.950	23.073
Imobilizado	12	587.116	625.119
Intangível	13	206.545	212.558
Total do Ativo		38.958.410	35.564.986
Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos e demais instrumentos financeiros		33.829.292	30.601.989
Passivos Financeiros ao custo amortizado	14	33.829.292	30.601.989
Depósitos	14.1	21.203.858	21.121.503
Captações no Mercado Aberto		6.976	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.2	9.677.740	7.197.741
Relações Interfinanceiras		81.372	98.466
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	7.5	1.719.944	1.230.108
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	14.3	1.132.789	949.675
Outros Passivos Financeiros		6.613	4.496
Passivos Fiscais		177.035	835.139
Correntes	8.4	137.693	813.225
Diferidos		39.342	21.914
Provisões	15	363.146	322.798
Outros Passivos	16	1.437.677	1.472.267
Patrimônio Líquido	17	3.151.260	2.332.793
Capital Social	17.1	952.710	807.203
(Ações em Tesouraria)	17.1	(3.830)	(3.830)
Reservas de Capital	17.2	401.469	43.375
Reservas de Lucros	17.2	1.416.556	1.448.188
Outros Resultados Abrangentes		(2.968)	(1.219)
Lucros Acumulados		375.019	-
Participação dos Não Controladores		12.304	39.076
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		38.958.410	35.564.986

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em milhares de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro líquido por ação)

	Nota	01/04 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Receita de Juros		2.531.203	4.995.842	1.976.173	3.717.527
Operações de Crédito	7.4.d)	2.196.516	4.304.813	1.748.132	3.320.410
Resultado de Operações de Câmbio		(17)	36	(90)	(90)
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1.d)/6.1.c)/7.2.b)/7.3.c)	290.179	559.697	208.230	388.691
Resultado de Instrumentos Financeiros Derivativos	6.2.c)	9.331	77.705	(16.747)	(29.435)
Resultado das Aplicações no Banco Central		35.194	53.591	36.648	37.951
Despesa de Juros	14.4	(1.087.836)	(2.153.793)	(830.904)	(1.517.839)
Resultado Líquido de Juros		1.443.367	2.842.049	1.145.269	2.199.688
Provisão para Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito	7.4.e)	(384.563)	(761.492)	(132.956)	(466.948)
Resultado Líquido de Juros após Provisão para Perdas Esperadas		1.058.804	2.080.557	1.012.313	1.732.740
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	18	(708.732)	(1.372.430)	(710.914)	(1.336.814)
Receitas de Prestação de Serviços	18.1	363.099	734.998	206.696	409.406
Despesas de Pessoal	18.2	(229.127)	(460.357)	(194.236)	(390.651)
Despesas Administrativas	18.3	(437.763)	(834.485)	(339.680)	(620.095)
Despesas Tributárias	18.4	(100.748)	(207.671)	(76.865)	(149.863)
Outras Receitas Operacionais	18.5	84.467	162.033	34.038	80.130
Outras Despesas Operacionais	18.6	(310.535)	(614.339)	(279.547)	(559.891)
Reversões / (Despesas) de Provisões	18.7	(78.125)	(152.609)	(61.320)	(105.850)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		350.072	708.127	301.399	395.926
Imposto de Renda e Contribuição Social	8.3	(58.615)	(138.649)	(58.594)	(38.085)
Corrente		(81.746)	(210.885)	(88.371)	(146.679)
Diferido		23.131	72.236	29.777	108.594
Participação dos não controladores		(4.059)	(8.607)	(5.093)	(10.628)
Lucro Líquido do Período		287.398	560.871	237.712	347.213
Lucro Básico e Diluído por Ação (em reais)					
Ações ordinárias		2,3294	4,5459	2,2751	3,3232
Ações preferenciais		2,3294	4,5459	2,2751	3,3232
Lucro Líquido Atribuído (em reais - R\$ mil)					
Ações ordinárias		195.790	382.094	148.237	216.522
Ações preferenciais		91.608	178.777	89.475	130.691
Número de Ações em Circulação - básico e diluído					
Ações ordinárias		84.052.790	84.052.790	65.155.744	65.155.744
Ações preferenciais		39.327.336	39.327.336	39.327.336	39.327.336

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em milhares de reais)

	01/04 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Lucro Líquido do Período	287.398	560.871	237.712	347.213
Outros Resultados Abrangentes	(1.467)	(1.749)	532	(5.393)
Itens a serem posteriormente reclassificados para o Resultado	(1.467)	(1.749)	532	(5.393)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	1.589	956	1.043	(10.163)
Efeito Fiscal	(3.056)	(2.705)	(511)	4.770
Resultado Abrangente Total do Período	285.931	559.122	238.244	341.820
Lucro Atribuível ao Controlador	281.872	550.515	233.151	331.192
Lucro Atribuível à Participação dos Não Controladores	4.059	8.607	5.093	10.628

Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	(Em milhares de reais)									
	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido	Participação dos não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
	Legal	Estatutárias								
Saldos em 31/12/2025	807.203	43.375	194.036	1.254.152	(1.219)	-	(3.830)	2.293.717	39.076	2.332.793
Ajuste de exercícios anteriores (vide nota nº 2.6)	-	-	-	(27.958)	-	-	-	(27.958)	-	(27.958)
Saldos ajustados em 01/01/2026	807.203	43.375	194.036	1.226.194	(1.219)	-	(3.830)	2.265.759	39.076	2.304.835
Transações de Capital com os Sócios	145.507	358.094	-	-	-	(189.526)	-	314.075	-	314.075
Aumento de Capital – RCA 03/03/2026	145.507	352.997	-	-	-	-	-	498.504	-	498.504
Plano de Outorga de Ações	-	5.097	-	-	-	-	-	5.097	-	5.097
Juros sobre o Capital Próprio Provisionados / Deliberados	-	-	-	-	-	(189.526)	-	(189.526)	-	(189.526)
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	(1.749)	560.871	-	559.122	8.607	567.729
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	560.871	-	560.871	8.607	569.478
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	(1.749)	-	-	(1.749)	-	(1.749)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	956	-	-	956	-	956
Efeito Fiscal	-	-	-	-	(2.705)	-	-	(2.705)	-	(2.705)
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	-	-	(3.674)	-	3.674	-	-	(35.379)	(35.379)
Outros	-	-	-	(3.674)	-	3.674	-	-	(35.379)	(35.379)
Saldos em 30/06/2026	952.710	401.469	194.036	1.222.520	(2.968)	375.019	(3.830)	3.138.956	12.304	3.151.260
Saldos em 31/12/2024	807.203	43.375	156.370	848.038	6.839	-	(3.830)	1.857.995	36.594	1.894.589
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	(139.641)	-	(139.641)	-	(139.641)
Juros sobre o Capital Próprio Provisionados / Deliberados	-	-	-	-	-	(139.641)	-	(139.641)	-	(139.641)
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	(5.393)	347.213	-	341.820	10.628	352.448
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	347.213	-	347.213	10.628	357.841
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	(5.393)	-	-	(5.393)	-	(5.393)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	(10.163)	-	-	(10.163)	-	(10.163)
Efeito Fiscal	-	-	-	-	4.770	-	-	4.770	-	4.770
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	-	-	(128.180)	-	137.565	-	9.385	(8.607)	778
Outros	-	-	-	(128.180)	-	137.565	-	9.385	(8.607)	778
Saldos em 30/06/2025	807.203	43.375	156.370	719.858	1.446	345.137	(3.830)	2.069.559	38.615	2.108.174

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – Método Indireto

	(Em milhares de reais)	
	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	708.127	395.926
Ajustes ao Lucro	1.055.422	692.632
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	164.057	116.589
Provisão para Perdas Esperadas	761.492	466.948
Depreciação e Amortização	129.779	109.206
(Ganhos) Perdas com Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	94	(111)
(Aumento) / Redução em Ativos	(1.293.021)	(2.560.201)
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(1.006.341)	(2.680.465)
Ativos Fiscais Correntes	(118.013)	40.461
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	4.489
Ativos Fiscais Diferidos	(39.478)	(5.961)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	(93.699)	145.217
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	14.498	28.622
Outros Ativos	(49.988)	(92.564)
Redução / (Aumento) em Passivos	1.831.811	3.914.825
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	2.665.372	3.940.683
Passivos Fiscais Correntes	(637.033)	(8.596)
Provisões	(123.709)	18.717
Passivos Fiscais Diferidos	17.428	4.019
Outros Passivos	(90.247)	(39.998)
Caixa Gerado pelas / (Aplicado nas) Operações	2.302.339	2.443.182
Impostos Pagos	(249.384)	(130.471)
Caixa Líquido Gerado / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	2.052.955	2.312.711
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	(275.187)	(237.193)
Aquisição de Investimentos	(9.000)	(4.500)
Aquisição de Imobilizado Próprio	(9.980)	(39.713)
Aquisição de Ativo Intangível	(48.557)	(60.250)
Alienação de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	223.346	43
Alienação de Investimentos	120	103
Alienação de Imobilizado Próprio	771	121
Alienação de Ativo Intangível	6.376	-
Caixa Líquido Gerado / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	(112.111)	(341.389)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	405.948	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	155.983	69.941
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(191.100)	(122.775)
Aumento de Capital	498.504	-
Variação da Participação dos Acionistas Minoritários	(35.379)	(8.607)
Caixa Líquido Gerado / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	833.956	(61.441)
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.774.800	1.909.881
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	6.808.059	3.934.842
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	9.582.859	5.844.723
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.774.800	1.909.881

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	(Em milhares de reais)	
	30/06/2026	30/06/2025
1 - RECEITAS	4.364.433	3.074.374
Intermediação Financeira	4.995.842	3.717.527
Prestação de Serviços	734.998	409.406
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(761.492)	(466.948)
Outras	(604.915)	(585.611)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(2.153.793)	(1.517.839)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(703.237)	(510.889)
Materiais, Energia e Outros	(32.143)	(26.167)
Serviços de Terceiros	(330.644)	(240.802)
Outros	(340.450)	(243.920)
Comunicações	(8.003)	(6.208)
Processamento de Dados	(179.097)	(123.827)
Propaganda, Publicidade e Publicações	(68.265)	(34.339)
Serviços do Sistema Financeiro	(15.092)	(14.168)
Transportes	(30.537)	(25.987)
Seguros	(15.539)	(15.032)
Outros	(23.917)	(24.359)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	1.507.403	1.045.646
5 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(129.779)	(109.206)
Depreciações e Amortizações	(129.779)	(109.206)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	1.377.624	936.440
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	-	-
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	1.377.624	936.440
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.377.624	936.440
Pessoal	399.761	338.857
Remuneração Direta	317.486	270.225
Benefícios	65.584	54.920
FGTS	16.691	13.712
Impostos, Taxas e Contribuições	406.916	239.742
Federais	381.319	222.338
Estaduais	20	12
Municipais	25.577	17.392
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.469	-
Aluguéis	1.469	-
Remuneração de Capitais Próprios	569.478	357.841
Juros sobre o Capital Próprio	189.526	139.641
Lucros Retidos do Período/Exercício	371.345	207.572
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	8.607	10.628

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Mercantil do Brasil S.A. (Mercantil ou Banco) é uma companhia aberta autorizada a atuar como banco múltiplo e dispõe de ampla variedade de produtos e serviços disponibilizados através de canais digitais e físicos, por intermédio de sua rede de 352 Pontos de Atendimento. Atua diretamente e indiretamente por meio de suas controladas nas mais diversas modalidades de crédito, com destaque para operações de crédito consignado, crédito pessoal, crédito pessoal com garantia do FGTS e nos demais segmentos financeiros, nas áreas de investimento, distribuição e intermediação de valores, bem como na venda de seguros e serviços complementares de *marketplace*. A sede do Banco e seu local principal de negócios estão localizados na Avenida do Contorno, 5800 – 11º ao 15º andar, Savassi, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2026 foram elaboradas considerando os requerimentos e diretrizes da Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* atualmente denominadas como normas contábeis IFRS (*IFRS® Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations)* ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations)* traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation (IFRS Foundation)*.

Em conformidade com a IAS 01, as demonstrações financeiras consolidadas em IFRS incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. Para elaboração das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras consolidadas incluem, portanto, estimativas referentes as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As classificações e mensurações de Ativos e Passivos Financeiros estão aderentes ao Modelo de Negócios aprovado pelo Conselho de Administração em 29/04/2025 conforme exigido pelo IFRS 9.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Mercantil em 04/08/2026.

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 30 de junho de 2026 foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei nº 6.404/76, associadas às normas do Bacen e da CVM.

Assim, foram eliminadas as participações de uma instituição em outra, os saldos de contas, as receitas e despesas entre as mesmas e os lucros não realizados decorrentes de negócios entre o Banco e Controladas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários.

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam o Banco e empresas controladas, direta e indiretamente, relacionadas abaixo:

Controladas direta e indiretamente:	Sigla	Participação %	Participação %
		30/06/2026	31/12/2025
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	BMI	92,53	92,53
Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ^(II)	Financeira	100,00	95,31
Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários ^(IV)	MBC	-	99,99
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários	MBD	100,00	100,00
Domo Digital Tecnologia S.A. ^(I)	Domo	99,63	99,16
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	COSEFI	100,00	100,00
SANSA – Negócios Imobiliários S.A.	SANSA	100,00	100,00
MB FII – Fundo de Investimento Imobiliário ^(V)	MB FII	100,00	100,00
OPEA SPE 01 - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	OPEA	100,00	100,00
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A. ^(V)	MACS	99,56	99,56
Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.	Bem Aqui	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	Marketplace	100,00	100,00
Altavis Plataforma de Bem Estar Ltda. ^{(III) (V)}	Altavis	95,00	95,00
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda. ^{(III) (V)}	Dente Vitta	95,00	95,00
Geração Saber Cursos Livres Ltda. ^{(III) (V)}	Geração Saber	95,00	95,00
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda. ^{(III) (V)}	Maturitec	95,00	95,00
Viva Notícias Ltda. ^{(III) (V)}	Viva	95,00	95,00
Assistência Pet Nacional Ltda. ^{(III) (V)}	Pet Nacional	90,00	90,00
Assistência Conecta Saúde Ltda. ^{(III) (V)}	Conecta Saúde	95,00	95,00
Total Assistência Previdenciária Ltda. ^{(III) (V)}	Total Prev	95,00	95,00
Plataforma fidelidade e benefícios LTDA ^{(III) (V)}	Plat. Fidelidade	95,00	-
Lar Assistência Ltda. ^{(III) (V)}	Lar Assit.	95,00	-
Converge Serviços e Otimização Ltda. ^{(III) (V) (VI)}	Converge	100,00	-

^(I) Foi considerado o total da participação societária da Domo detida pelo Banco e suas controladas Banco Mercantil de Investimentos S.A. e Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento.

^(II) O Banco passou a deter 100% das ações, a partir de 08 de abril de 2026 após o processo de Oferta Pública de Aquisição (OPA) de ações de emissão de sua controlada Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento.

^(III) Empresas controladas pela Marketplace que foram constituídas para complementar o portfólio de serviços não financeiros do ecossistema do público 50+ do Banco.

^(IV) Alienação da totalidade da participação societária da Mercantil do Brasil Corretora S.A. CTVM (“MB Corretora”, “controlada”).

^(V) Controladas Indiretamente.

^(VI) Empresa constituída para atuação em três frentes complementares: Vendas externas, com equipes em campo por todo o Brasil e expansão comercial contínua; Atendimento ao cliente, com operações de relacionamento, retenção e experiência; e Backoffice, com suporte operacional e gestão de processos orientados à qualidade e eficiência.

2.3. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

a) Apresentação de demonstração por segmentos operacionais

A apresentação das informações por segmentos é consistente com o Planejamento Estratégico e Mercadológico, através do qual o Banco toma decisões para alocação de recursos e investimentos, que têm como foco principal os Segmentos Financeiro, que operam crédito em suas diversas modalidades, *Marketplace* que complementa o portfólio de serviços não financeiros do ecossistema 50+, entre outros segmentos constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário, de securitização e tecnologia da informação.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, sendo utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Conversão de moeda estrangeira

• Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As informações contábeis do Banco e suas empresas Controladas, diretas ou indiretamente, estão apresentadas em reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

• Operações em Moeda Estrangeira

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras, quando ocorrem, consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do período. Em 30 de junho de 2026, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$ 5,1766 (em 31 de dezembro de 2025, US\$ 1,00 = R\$ 5,5024).

d) Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros podem estar classificados em três categorias: (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) ao valor justo por meio do resultado, com base no modelo de negócios e de acordo com as disposições da IFRS 9.

O modelo de negócio configura a maneira pela qual o Banco administra seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação.

Para ratificar a classificação com base no modelo de negócios, nas categorias que levam em consideração a intenção da administração em obter fluxos de caixa contratuais, é necessário a aplicação do teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros (*Solely Payments of Principal and Interest - SPPI Test*), cujo objetivo é verificar se as disposições contratuais dos ativos e passivos financeiros constituem apenas pagamento de principal e juros, ou seja devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e respectivo risco de crédito.

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros adquiridos ou originados com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais que se constituem, exclusivamente, pelo pagamento de principal e juros. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Os juros são reconhecidos na demonstração do resultado no Grupo “Receita da Intermediação Financeira” em suas respectivas rubricas.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos adquiridos ou originados cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixas contratuais quanto pela sua venda.

São reconhecidos inicialmente ao valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão e são mensurados, subsequentemente, ao valor justo com os ganhos e perdas

reconhecidos em Outros resultados abrangentes até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas no resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidas no Resultado no Grupo "Receita da Intermediação Financeira" em suas respectivas rubricas.

(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São registradas as operações não classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou aqueles que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao Valor justo por meio do resultado, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados ao Valor justo por meio do resultado são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas no Resultado no Grupo "Receita da Intermediação Financeira" em suas respectivas rubricas.

(iv) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto quando houver passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção), os quais são mensurados ao valor justo.

Os passivos financeiros ao valor justo são, inicialmente, mensurados pelo custo da transação e são, subsequentemente, ajustados pelo valor justo. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos *pro rata die*.

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e demonstradas como redutoras no passivo correspondente.

(v) Derivativos

Os Instrumentos Financeiros Derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme IAS 39, (utilizando-se da prerrogativa de continuar aplicando os requerimentos de contabilização de *hedge* previstos na IAS 39, tal como permitido pela IFRS 9). Os Instrumentos Financeiros Derivativos utilizados como estratégia de *hedge* pela Instituição podem ser classificados de acordo com a sua natureza nas seguintes categorias:

- **Hedge de valor justo** - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado;
- **Hedge de fluxo de caixa** - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado; e
- **Hedge de investimento líquido em operação no exterior** - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm como objetivo proteger a variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, sendo contabilizados de acordo com os procedimentos contábeis aplicáveis à categoria de *hedge* de fluxo de caixa, ou seja, com a parcela efetiva reconhecida em patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, e a parcela não efetiva reconhecida em resultado do período.

As operações que utilizam instrumentos financeiros e que não atendam aos critérios de *hedge* contábil, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado.

(vi) Reconhecimento e baixa de ativos e passivos financeiros

O Banco reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos cedidos são transferidos a terceiros:

- **Cessão de créditos com retenção substancial dos riscos e benefícios** - as operações cedidas permanecem registradas no ativo do Banco e os recursos recebidos são registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo financeiro decorrente da obrigação assumida. As receitas e despesas decorrentes dessas cessões são reconhecidas no resultado pelo prazo remanescente das operações.
- **Cessão de créditos sem retenção substancial dos riscos e benefícios** - as operações cedidas são baixadas do ativo do Banco. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é reconhecido no resultado do período.

A baixa de ativos financeiros é efetuada quando não há expectativa razoável de recuperação dos respectivos valores, quando expiram os direitos contratuais sobre seus fluxos de caixa, ou quando são transferidos os direitos de recebimento desses fluxos de caixa juntamente com a transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo.

Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são liquidadas, canceladas, resgatadas ou expiram.

(vii) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros poderá ser baseada nos preços de cotações do mercado, disponibilizados através de *feeders* e conforme as negociações em mercados ativos. Na ausência destes dados, o valor justo será apurado através da formação de preços teóricos com a utilização de curvas de juros projetadas, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis e modelos de avaliação.

De acordo com a IFRS 7 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- **Nível 1:** são obtidos por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **Nível 2:** são obtidos por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- **Nível 3:** são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

(viii) Provisão para perdas esperadas (*Impairment*)

- **Ativos mensurados ao custo amortizado**

O Banco avalia, em cada data do balanço, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com perda do valor recuperável (*impairment*). Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros sofrerá *impairment* quando o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

No caso de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, o valor da provisão para perda apurada com base na avaliação do aumento no risco de crédito que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro é apresentado como uma redução do saldo do ativo.

O Banco possui políticas, métodos e procedimentos para cobrir seu risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contraparte.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida e compromissos, na identificação de sua não recuperação e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

O Banco mensura os ativos financeiros ao custo amortizado que atendam aos critérios de gestão do modelo de negócios e às características dos fluxos de caixa contratuais, conforme estabelecido pela IFRS 9. Para esses ativos, são reconhecidas provisões para perdas esperadas, refletindo a evolução do risco de crédito ao longo do tempo.

A avaliação do risco de crédito é realizada mensalmente para determinar se houve um aumento significativo do risco desde o reconhecimento inicial do ativo. A metodologia de provisionamento segue a abordagem de estágios da IFRS 9, que classifica os ativos financeiros em três categorias com base no risco de crédito:

- **Estágio 1 – Ativos Realizáveis:** Aplicação de provisão para perda com base na expectativa de perda de crédito para os próximos 12 meses, para ativos que não apresentem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.
- **Estágio 2 – Ativos de Realização Duvidosa:** Aplicação de provisão considerando a perda esperada ao longo da vida do ativo, para aqueles que tenham sofrido aumento significativo do risco de crédito.
- **Estágio 3 – Ativos Não Realizáveis:** É caracterizado pelo atraso superior a 90 dias e/ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Nesse estágio, é vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa ao ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

A reclassificação entre os estágios ocorre conforme a evolução do risco de crédito do ativo, salvo em casos de ativos financeiros adquiridos ou originados já com evidência de perda de crédito, os quais permanecem no Estágio 3 até sua liquidação ou baixa.

Metodologia de Provisionamento

O Banco adota políticas e procedimentos específicos para gerenciar e mitigar o risco de crédito associado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A estrutura de provisionamento é composta por dois grupos principais, com critérios distintos, de apuração da provisão:

- **Créditos avaliados individualmente:** Engloba operações em que a provisão é determinada com base em critérios específicos de cada produto e em gatilhos de *impairment* previamente definidos.
- **Créditos avaliados coletivamente:** Abrange operações sujeitas a modelagem estatística para estimativa da perda esperada, com base em padrões históricos de inadimplência. Para esses créditos, são aplicados percentuais de perda conforme a segmentação da carteira e os diferentes Estágios de risco de crédito.

Os parâmetros de perda são calculados utilizando séries históricas, resultando na definição de uma taxa mediana de perda esperada. Essa análise é revisada anualmente com base nas informações mais recentes disponíveis e embutindo visões prospectivas.

Critérios de Classificação e Avaliação

A carteira de crédito do Banco é segmentada para permitir uma avaliação granular do risco e a adequada mensuração da provisão para perdas. Essa segmentação leva em consideração fatores como: Região geográfica; Tipo de produto; Prazo contratual remanescente; Perfil do cliente ou beneficiário; Idade; Gênero; etc.

Para aprimorar a precisão da provisão, são realizados estudos periódicos sobre recuperação de crédito, bem como estudos sobre a redução do risco de crédito com base na quantidade de parcelas pagas após a regularização da operação, processo conhecido como "Cura".

Reconhecimento da Receita de Juros

A receita de juros sobre ativos classificados nos Estágios 1 e 2 é reconhecida proporcionalmente ao prazo decorrido, uma vez que ainda há expectativa de realização dos fluxos de caixa.

No Estágio 3, estão registradas as operações com perspectiva de problema de liquidez (Ativos Problemáticos). Neste estágio, o reconhecimento da receita de juros é interrompido. Nos casos em que a operação deixar de ser classificada como um ativo com problema de recuperação de crédito, levando em conta os critérios de Cura, o reconhecimento poderá ser retomado, de forma prospectiva, seguindo o método de juros efetivos.

Com base na análise da carteira de empréstimos e recebíveis, considera-se que operações com atraso inferior a 90 dias e sem outros sinais de deterioração do crédito permanecem classificadas como realizáveis.

Essa abordagem assegura que a provisão para perda seja adequada à realidade do risco da carteira e esteja em conformidade com os princípios contábeis e regulatórios aplicáveis.

- **Ativos classificados como Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes**

O Banco avalia no final de cada período se há aumento no risco de crédito de um ativo financeiro ou de um grupo de ativos financeiros.

Para ativos financeiros, a perda de crédito é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que se espera receber.

A provisão para perdas de ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes será reconhecida no resultado, à rubrica Outras Despesas Operacionais.

e) Impostos e Contribuições

- **Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS**

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

- **Impostos sobre renda corrente e diferido**

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% em conformidade com a Lei Complementar nº 224/2025.

Os impostos diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, conforme a Resolução CMN nº 4.842/20 e a Resolução BCB nº 15/20. O reconhecimento e a mensuração desses ativos consideram os efeitos da Lei nº 14.467/22, alterada pela Lei nº 15.078/2024, que disciplina a dedutibilidade das perdas por redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros em 1/84 avos mensais para o estoque de perdas apurado na transição para a Resolução CMN nº 4.966. Os ativos fiscais diferidos são apresentados no ativo não circulante, seguindo as diretrizes da Resolução BCB nº 2/20.

f) Ativos não financeiros mantidos para venda

São compostos por bens imóveis, máquinas, equipamentos e veículos não utilizados operacionalmente, direcionados para venda ou recebidos por dação em pagamento.

Estão reconhecidos pelo menor valor entre o valor contábil ou valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e seu o valor justo.

Os ativos não financeiros mantidos para venda, que eventualmente apresentarem dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por *impairment*, através de laudo técnico.

g) Imobilizado

- **Imóveis para renda**

Os Imóveis para renda ou propriedades para investimento referem-se a terrenos e empreendimentos constituídos pelas Controladas do Banco. Estão registrados pelo custo de aquisição e são depreciados com base na vida útil do ativo.

- **Imobilizado de uso**

O Imobilizado de uso está apresentado ao custo ajustado pela depreciação, calculada com base na vida útil dos bens. Os valores residuais, a vida útil e o valor recuperável dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

- **Imobilizado de Arrendamento**

O Banco é arrendatário, principalmente, de bens imóveis, utilizados operacionalmente na forma de agências e postos de atendimento. Estão reconhecidos à valor presente nas Demonstrações Financeiras do Banco como um "Ativo de direito de uso" em contrapartida ao "Passivo de arrendamento" que correspondem ao saldo a pagar dos arrendamentos registrados a valor presente, de acordo com o IFRS 16 – Arrendamentos.

Os arrendamentos são aqueles nos quais o Banco detém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, e são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Os Ativos de direito de uso são depreciados com base na vida útil do ativo. A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica Outras Despesas Operacionais no Resultado.

h) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem a gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais e são registrados ao custo de aquisição. A amortização dos ativos intangíveis é calculada com base na vida útil atribuída ao bem, que está definida, basicamente, entre 3 e 5 anos, conforme o caso.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado.

j) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

O controle das contingências ativas e passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos pela IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

- **Ativos contingentes** – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é considerada praticamente certa, o que ocorre, usualmente, quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas (trânsito em julgado). Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- **Passivos contingentes** – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- **Provisões** – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações fiscais, trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos como provisão quando existe um provável desembolso de recursos para liquidar a obrigação, desde que os valores envolvidos possam ser estimados com confiança.

k) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício (vide nota nº 17.4).

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

l) Pagamentos baseados em ações

Os planos de pagamento baseados em ações são outorgados pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. a seus diretores e colaboradores-chave. Tais planos são classificados como pagamento baseado em ações liquidado em instrumento patrimonial. O valor justo na data da outorga é reconhecido como despesa de pessoal, com correspondente aumento no patrimônio líquido (reservas de capital), durante o período em que os beneficiários adquirem o direito aos prêmios (*vesting period*).

m) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, deliberados, provisionados e pagos aos acionistas, e os recebidos ou a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.872/20 da seguinte forma: (i) Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, conforme o caso, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados; e (ii) Os juros sobre o capital próprio a receber das controladas são reconhecidos no ativo, quando a instituição obtiver o direito a recebê-lo, mensurado conforme valor declarado pela entidade investida, em contrapartida ao respectivo investimento. Adicionalmente, sobre o montante dos juros sobre o capital próprio a pagar, o Banco atua como responsável tributário pela retenção e recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), cuja alíquota foi majorada para 17,5% nos termos da Lei Complementar nº 224/2025, para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2026.

n) Planos de Benefícios

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a IAS 19 – Benefícios a Empregados. O montante da remuneração global é aprovado anualmente na Assembleia Geral Ordinária. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

o) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes, quando ocorrem, são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados com as atividades típicas do Banco ou são relacionados, mas não estão previstos de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

p) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

As estimativas contábeis são revisadas periodicamente e têm seus montantes reconhecidos na data base da revisão, bem como nos períodos futuros afetados, tais como:

- **Provisão para Perdas Esperadas (*Impairment*):** o Banco avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos. Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, o Banco exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.
- **Valor justo dos Ativos e Passivos Financeiros:** a mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possuem informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
- **Ativos e Passivos Contingentes:** as contingências do Banco são registradas de acordo com estudos técnicos realizados por consultores jurídicos externos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito; e estudos internos cuja modelagem aplicada resulta numa melhor avaliação de contingências massificadas; e
- **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja considerado provável que as instituições terão lucros tributáveis futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados e são avaliados com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis.

2.4. Normas e interpretações aplicáveis em períodos futuros

As seguintes normas e interpretações foram emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), mas não estavam vigentes para o período findo em 30 de junho de 2026. A Instituição não optou pela adoção antecipada dessas normas, exceto se indicado de outra forma:

I. IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras

A IFRS 18 substituirá a IAS 1 e introduz mudanças significativas na estrutura da Demonstração de Resultados (DRE), com foco na classificação de receitas e despesas em três novas categorias (operacional, investimento e financiamento) e na obrigatoriedade de subtotais de "lucro operacional". A norma é efetiva para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Instituição está em fase avançada de mapeamento de contas e revisão de sistemas para garantir a correta reclassificação comparativa.

II. IFRS S1 e IFRS S2 – Divulgações de Sustentabilidade e Clima (ISSB)

Em linha com os requisitos globais e o roadmap nacional, o Banco adotará as normas de sustentabilidade do ISSB. A IFRS S1 (Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade) e a IFRS S2 (Divulgações Relacionadas ao Clima) visam integrar riscos não financeiros ao relatório financeiro anual.

O Banco Mercantil já iniciou o processo de coleta de dados qualitativos e quantitativos, com previsão de emissão do primeiro relatório financeiro de sustentabilidade em conformidade com o IFRS para o exercício de 2026 (a ser publicado em 2027).

III. Alterações na IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As alterações recentes do IASB relativas às características de fluxos de caixa de ativos financeiros (testes de SPPI) e divulgações sobre risco de liquidez e passivos financeiros com características de ESG estão sendo monitoradas. Diferentemente do BRGAAP (Resolução CMN nº 4.966/21), o IFRS já possui o modelo de Perda Esperada (ECL) plenamente implementado, e o Banco segue as diretrizes da IFRS 9 para renegociações e modificações de fluxos de caixa, sem utilizar as faculdades temporárias previstas exclusivamente na regulação local (como a Resolução CMN nº 5.146/2024), a menos que haja convergência específica.

IV. Contabilidade de *Hedge* (*Hedge Accounting*)

Diferentemente do cronograma de transição para as normas locais (BRGAAP), que postergou a aplicação dos novos requerimentos para 1º de janeiro de 2027, a Instituição já exerce no IFRS a prerrogativa prevista na IFRS 9 de manter a aplicação dos requisitos de contabilidade de hedge em conformidade com a IAS 39. Dessa forma, a Instituição não antecipa mudanças em suas políticas contábeis de hedge para o exercício de 2027, mantendo a consistência com as práticas de classificação já adotadas e descritas em nossas políticas vigentes.

A Instituição permanece avaliando e analisando os impactos quantitativos e qualitativos da adoção das referidas normas. Com base na análise preliminar, a Administração não espera que a adoção inicial das normas, além da IFRS 18 (que alterará substancialmente a apresentação), tenha um efeito material imediato sobre o patrimônio líquido ou o resultado ajustado da Instituição, embora os requerimentos de divulgação sejam ampliados.

2.5. Reclassificação de Informações Comparativas

Para fins de melhor comparabilidade, os saldos de reversão de provisão e receita com aplicações compulsórias, relativos ao 1º semestre de 2025 foram reclassificados conforme segue:

DRE	Original	Reclassificação	Reclassificado
Despesa de Pessoal	(364.651)	(26.000)	(390.651)
Outras Receitas Operacionais	54.130	26.000	80.130
Lucro Líquido	347.213	-	347.213

2.6. Ajustes de Exercícios Anteriores

O ajuste em patrimônio líquido refere-se à baixa dos saldos de despesas antecipadas relacionadas a recursos aplicados na aceleração de originação de operações de crédito, anteriores à entrada em vigor da Res. CMN n. 4.966/21, no montante de R\$ 27.958 líquido dos efeitos tributários.

3. Demonstração por Segmentos Operacionais

A apresentação das informações por segmentos é conforme segue:

Balanco Patrimonial	Financeiras ^(I)	Intermediação de Seguros e Negócios	Marketplace ^(II)	Outros ^(III)	Eliminações	BRGAAP	Ajustes	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	1.132.044	162	157	20.573	(4.264)	1.148.672	-	1.148.672	1.063.077
Ativos financeiros	34.999.069	221.253	328.317	2.135.556	(3.144.824)	34.539.371	29.511	34.568.882	31.505.535
Ativos fiscais	1.838.741	47.162	12.947	5.573	-	1.904.423	(14.716)	1.889.707	1.659.980
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	46.776	-	-	-	-	46.776	-	46.776	46.870
Outros Ativos	555.225	11.670	15.664	1.565	(105.362)	478.762	-	478.762	428.774
Investimentos	603.897	16.120	12.229	1.940	(602.236)	31.950	-	31.950	23.073
Imobilizado	530.923	52.417	841	2.935	-	587.116	-	587.116	625.119
Intangível	203.574	-	2.968	3	-	206.545	-	206.545	212.558
Ativo Total	39.910.249	348.784	373.123	2.168.145	(3.856.686)	38.943.615	14.795	38.958.410	35.564.986
Passivos financeiros	34.896.881	-	-	1.603.598	(2.671.187)	33.829.292	-	33.829.292	30.601.989
Passivos fiscais	139.763	14.864	21.851	1.766	-	178.244	(1.209)	177.035	835.139
Provisões	361.015	1.932	-	199	-	363.146	-	363.146	322.798
Outros passivos	1.378.471	93.015	40.739	30.813	(105.361)	1.437.677	-	1.437.677	1.472.267
Patrimônio Líquido	3.134.119	238.973	310.533	531.769	(1.080.138)	3.135.256	16.004	3.151.260	2.332.793
Passivo Total	39.910.249	348.784	373.123	2.168.145	(3.856.686)	38.943.615	14.795	38.958.410	35.564.986

NOTAS EXPLICATIVAS

DRE	Financeiras ⁽ⁱ⁾	Intermediação de Seguros e Negócios	Marketplace ⁽ⁱⁱ⁾	Outros ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Eliminações	BRGAAP	Ajustes	30/06/2026	30/06/2025
Receita de Juros	5.080.543	9.894	16.665	217.041	(329.547)	4.994.596	1.246	4.995.842	3.717.527
Despesa de Juros	(2.273.068)	-	-	(117.279)	236.554	(2.153.793)	-	(2.153.793)	(1.517.839)
Resultado Líquido de Juros	2.807.475	9.894	16.665	99.762	(92.993)	2.840.803	1.246	2.842.049	2.199.688
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(782.835)	-	-	-	-	(782.835)	21.343	(761.492)	(466.948)
Resultado Líquido de Juros após Provisão para perdas	2.024.640	9.894	16.665	99.762	(92.993)	2.057.968	22.589	2.080.557	1.732.740
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(1.479.994)	214.478	216.184	(3.222)	(319.876)	(1.372.430)	-	(1.372.430)	(1.336.814)
Receitas de Prestação de Serviços	231.514	282.206	263.527	24.855	(67.104)	734.998	-	734.998	409.406
Participação em Controladas	318.969	556	351	-	(319.876)	-	-	-	-
Despesas de Pessoal	(418.677)	(24.291)	(6.311)	(11.078)	-	(460.357)	-	(460.357)	(390.651)
Despesas Administrativas	(862.393)	(11.147)	(17.389)	(10.471)	66.915	(834.485)	-	(834.485)	(620.095)
Despesas Tributárias	(145.795)	(34.718)	(22.385)	(4.773)	-	(207.671)	-	(207.671)	(149.863)
Outras Receitas Operacionais	158.862	2.738	226	258	(51)	162.033	-	162.033	80.130
Outras Despesas Operacionais	(609.754)	(983)	(1.829)	(2.013)	240	(614.339)	-	(614.339)	(559.891)
Reversões / (Despesas) de Provisões	(152.720)	117	(6)	-	-	(152.609)	-	(152.609)	(105.850)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	544.646	224.372	232.849	96.540	(412.869)	685.538	22.589	708.127	395.926
IR e CS	4.442	(76.828)	(54.921)	(1.254)	-	(128.561)	(10.088)	(138.649)	(38.085)
Participação dos não controladores	(547)	-	(7.888)	-	(1)	(8.436)	(171)	(8.607)	(10.628)
Lucro Líquido do Período	548.541	147.544	170.040	95.286	(412.870)	548.541	12.330	560.871	347.213

⁽ⁱ⁾ Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.

⁽ⁱⁱ⁾ Marketplace e suas empresas que complementam o portfólio de serviços não financeiros do ecossistema 50+.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Segmento "Outros" é constituído, basicamente, pelos segmentos de securitização e tecnologia.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	1.148.672	1.063.077
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.145.583	5.233.897
Aplicações no mercado aberto – Posição bancada ^(I)	8.114.950	5.201.721
Aplicações em depósitos interfinanceiros	30.633	32.176
Aplicações voluntárias no Banco Central ^(II)	288.604	511.085
Total	9.582.859	6.808.059

^(I) Refere-se às aplicações cujo vencimento na data efetiva da operação é igual ou inferior a 90 dias e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

^(II) Refere-se às aplicações voluntárias no Banco Central (vide nota nº 7.1).

5. Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

5.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Descrição	Custo Amortizado	Marcação a Mercado	Perda Esperada	Valor justo/ Contábil
Letras Financeiras do Tesouro	1.501.904	2.370	-	1.504.274
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	38.730	(52)	(6.375)	32.303
Certificado de Recebíveis Imobiliários	19.564	(3.249)	(26)	16.289
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	7.164	-	(11)	7.153
Nota Comercial	3.442	-	(11)	3.431
Debêntures	4.934	(41)	(754)	4.139
Total em 30/06/2026	1.575.738	(972)	(7.177)	1.567.589
Total em 31/12/2025	1.434.448	(1.928)	(8.722)	1.423.798

b) Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes por vencimento

Prazo	30/06/2026	31/12/2025
Até 1 ano	169.862	326.734
De 1 a 2 anos	214.575	197.480
De 2 a 3 anos	98.182	99.971
De 3 a 4 anos	403.718	54.205
De 4 a 5 anos	387.006	737.641
Acima de 5 anos	294.246	7.767
Total	1.567.589	1.423.798

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

A principal metodologia de valoração dos títulos utilizada é a multiplicação da quantidade de ativos em estoque pelos preços de mercado divulgados pelos sistemas de informação de mercado (ANBIMA, B3 ou demais *feeders*). Caso não seja possível capturar os preços de mercado, em decorrência de baixa liquidez dos ativos ou em função dos mesmos não possuírem registros de transações, serão estabelecidos preços teóricos através de metodologias reconhecidamente utilizadas no mercado financeiro nacional.

Adicionalmente, os títulos e valores mobiliários têm seu valor justo calculado utilizando metodologia específica de apuração da perda esperada, independente do processo de precificação à mercado, conforme definido na política institucional.

c) Perda esperada

A perda esperada, referente aos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é como segue:

Descrição	31/12/2025	Ganhos/ Perdas	Liquidações	Transferências	30/06/2026
Estágio 1	(3.098)	(10)	196	2.768	(144)
Debêntures	(33)	(1)	5	29	-
Nota Comercial - TVM	(13)	-	1	1	(11)
CRA	(3.009)	(7)	182	2.738	(96)
CDCA	(13)	-	2	-	(11)
CRI	(30)	(2)	6	-	(26)
Estágio 2	-	(701)	1	(1.293)	(1.993)
CRA	-	(186)	-	(1.266)	(1.452)
Debêntures	-	(515)	1	(27)	(541)
Estágio 3	(5.624)	(3.569)	5.628	(1.475)	(5.040)
CRA	(5.624)	(3.354)	5.624	(1.473)	(4.827)
Debêntures	-	(215)	4	(2)	(213)
Total	(8.722)	(4.280)	5.825	-	(7.177)

d) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O resultado com Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes totalizou R\$ 109.819 (R\$ 112.853 no 1º semestre de 2025).

6. Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado

6.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Cotas de Fundo Imobiliário	42.799	43.668
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	26.686	34.909
Fiagro	991	906
Funcine	1.814	1.609
Cotas de Fundo de Investimento	400	379
Fundo de Investimento em Cotas	953	901
Cotas de Fundo de Participação de Negociação e Membro de Compensação	-	5.769
Total	73.643	88.141

b) Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado por vencimento

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Indeterminado	46.957	53.232
Até 1 ano	9.868	17.861
De 1 a 2 anos	1.554	-
De 2 a 3 anos	15.264	17.048
Total	73.643	88.141

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

As Cotas dos Fundos de Investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

c) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

O resultado com Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado totalizou R\$ 4.102 (R\$ 2.423 no 1º semestre de 2025).

6.2. Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos negociados pelo Banco são, basicamente, operações de contratos futuros utilizadas como instrumentos destinados à proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas, e estão classificados de acordo com a intenção da Administração de acordo com a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

São utilizados em duas estratégias: carteira de negociação (*trading*) e carteira bancária (*banking*). São classificados na carteira de negociação os derivativos mantidos com intenção de negociação, ou destinados a *hedge* de outros elementos da Carteira *Trading*, que não possuem limitação de sua negociabilidade. Já na carteira bancária são mantidos os derivativos destinados às operações estruturais, não classificados como de negociação.

O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente, baseando-se nas métricas do Delta EVE (*Economic Value Equity*) e do Delta NII (*Net Interest Income*). Adicionalmente, são realizadas análises de sensibilidade e testes de estresse para os instrumentos derivativos.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* são apurados através da estimativa do fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3 S.A. - balcão). Os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

Os Instrumentos financeiros derivativos são como segue:

a) Instrumentos financeiros derivativos

Por indexador	Valor de Referência		Valor Justo	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Contrato de Futuro – DI ^(I)				
Posição passiva Taxa de Juros	4.415.822	10.661.764	4.413.756	10.664.889
Contrato de Futuro – Mini-Índice ^(II)				
Posição ativa – Ibovespa	524	1.881	521	1.911
Contrato de Futuro – Dólar ^(III)				
Posição passiva - Moeda estrangeira	1.406	131	1.406	132
Total	4.417.752	10.663.776	4.415.683	10.666.932

^(I) A operação com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger exposições a taxas de juros.

^(II) A operação com Contrato Futuro de Mini-Índice refere-se a minicontrato futuro derivado do Índice Bovespa, negociado na bolsa de valores.

^(III) A operação com Contrato Futuro de Dólar tem a finalidade de proteger, complementarmente, as exposições cambiais do Banco, apuradas diariamente a valor de mercado, e ajustadas na B3.

Por Vencimento	De 01 a 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Referencial
Contrato de Futuro – DI	-	2.841.258	1.574.564	4.415.822
Contrato de Futuro – Mini-Índice	524	-	-	524
Contrato de Futuro – Dólar	1.406	-	-	1.406
Total em 30/06/2026	1.930	2.841.258	1.574.564	4.417.752
Total em 31/12/2025	2.012	-	10.661.764	10.663.776

b) Contabilização de *Hedge* (*Hedge Accounting*)

O Mercantil dispõe de operação de *Hedge*, classificadas na categoria de *hedge* de valor justo:

<i>Hedge</i> de valor justo	Valor Contábil		Ajuste a Valor Justo	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Objeto de <i>Hedge</i> – Carteira de Ativos ⁽¹⁾	4.356.535	9.829.219	4.366.850	9.859.797
Instrumento de <i>Hedge</i> – Taxa de Juros	4.366.847	9.859.791	4.366.847	9.859.791

⁽¹⁾ A operação de *Hedge Accounting* com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger, parcialmente, as operações de crédito prefixadas do Banco (vide nota nº 7.4).

A efetividade das operações de *Hedge Accounting* é verificada através do índice de *hedge*, que é medido pela relação entre a quantidade do instrumento de *hedge* e do item protegido (objeto de *hedge*), em termos de sua ponderação relativa, além da avaliação qualitativa da relação de proteção, alinhado com a estratégia de gerenciamento de riscos da Instituição.

c) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Os ganhos e perdas dos instrumentos financeiros derivativos são registrados diretamente no resultado na rubrica de "Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos" conforme segue:

Descrição	Ganho	Perda	Resultado Líquido
Contrato de Futuro – DI	352.489	(274.885)	77.604
Contrato de Futuro – Dólar	333	(399)	(66)
Contrato de Futuro – Mini-Índice	590	(423)	167
Total em 30/06/2026	353.412	(275.707)	77.705
Total em 30/06/2025	177.204	(206.639)	(29.435)

7. Instrumentos Financeiros ao custo amortizado

7.1. Depósitos no Banco Central do Brasil

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Aplicações Voluntárias no Banco Central	288.604	511.085
Depósito a Prazo	469.054	639.321
Depósito de Poupança	20.126	21.093
Direcionamento Microcrédito	8.990	9.272
Reservas Compulsórias em espécie no Banco Central	762	5.000
Total - Circulante	787.536	1.185.771

7.2. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Aplicações no mercado aberto	8.129.987	5.201.721
Posição bancada	8.129.987	5.201.721
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.999.998	2.700.000
Nota do Tesouro Nacional - NTN	3.599.999	2.299.999
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	514.953	-
Títulos Privados	15.037	201.722
Aplicações em depósitos interfinanceiros	33.567	34.922
Total	8.163.554	5.236.643
Circulante	8.160.620	5.233.897
Não circulante	2.934	2.746

b) Resultado com Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Aplicações no mercado aberto	431.078	241.550
Posição bancada	426.626	237.439
Posição financiada	4.452	4.111
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.063	4.359
Total	433.141	245.909

7.3. Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Títulos Externos Soberanos	-	630.199
Total	-	630.199

b) Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado por vencimento

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Até 1 ano	-	630.199
Total	-	630.199

Os Títulos e Valores Mobiliários encontram-se registrados e custodiados conforme suas especificidades e jurisdições. Os Títulos Nacionais estão registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e os Títulos Externos Soberanos encontram-se custodiados na Euroclear.

O valor de custo dos títulos classificados ao custo amortizado é apurado com base no valor de aquisição, atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo. Adicionalmente, os títulos e valores mobiliários estão sujeitos à apuração de perdas de crédito esperadas, utilizando metodologia específica e modelos de risco conforme definido na política institucional.

c) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado

O resultado com Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado totalizou R\$ 12.635 (R\$ 27.506 no 1º semestre de 2025).

7.4. Operações de Crédito e Outros Créditos

a) Composição da carteira por produtos

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Empréstimos e Financiamentos	24.557.418	23.221.312
Empréstimo Consignado ⁽ⁱ⁾	18.487.718	16.754.540
Empréstimo Saque FGTS	2.264.033	2.637.606
Crédito Pessoal	3.079.617	3.157.040
Capital de Giro	340.662	365.603
Cheque Especial	77.266	94.533
Cartão de Crédito	22.558	27.505
Conta Garantida	19.478	19.877
Outros Empréstimos e Financiamentos	266.086	164.608
Outros Créditos	425.451	469.956
Valores a receber relativos a transações de pagamentos	137.697	142.906
Devedores por compra de valores e bens	46.196	47.098
Títulos e créditos a receber	241.558	279.952
Subtotal	24.982.869	23.691.268
Ajuste a valor de mercado Operações de crédito objeto de Hedge ⁽ⁱⁱ⁾	10.315	30.578
Ajuste Taxa Efetiva	(3.222)	(4.466)
Total	24.989.962	23.717.380

⁽ⁱ⁾ Compreende operações de Empréstimo Consignado INSS, Público e Privado.

⁽ⁱⁱ⁾ O Banco possui operação de *Hedge Accounting* com o objetivo de proteger parte da carteira de crédito Prefixada frente às oscilações de mercado. (vide nota nº 6.2).

b) Composição da carteira por prazo de vencimento

Vencimento	30/06/2026	31/12/2025
Até 1 ano	10.127.186	9.874.714
De 1 ano até 5 anos	12.120.926	11.101.950
Acima de 5 anos	2.734.757	2.714.604
Total	24.982.869	23.691.268

c) Movimentação da carteira por estágio

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2025	22.516.283	296.809	878.176	23.691.268
Constituição / Reversão	1.378.070	9.813	243.286	1.631.169
Transferência para Estágio 1	24.019	(23.318)	(701)	-
Transferência para Estágio 2	(191.027)	191.893	(866)	-
Transferência para Estágio 3	(323.084)	(108.096)	431.180	-
Baixa para prejuízo	-	-	(339.568)	(339.568)
Saldo em 30/06/2026	23.404.261	367.101	1.211.507	24.982.869

d) Receitas de Operações de Crédito e Outros Créditos

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de empréstimos	4.281.888	3.296.791
Rendas de financiamentos	1.680	1.730
Outros Créditos	21.245	21.889
Total	4.304.813	3.320.410

e) Movimentação das perdas esperadas por estágios

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2025	139.501	116.050	740.072	995.623
Constituição / Liquidação	25.195	83.701	491.532	600.428
Transferência para Estágio 1	8.113	(7.606)	(507)	-
Transferência para Estágio 2	(1.872)	2.486	(614)	-
Transferência para Estágio 3	(5.486)	(42.588)	48.074	-
Baixa para prejuízo	-	-	(339.568)	(339.568)
Saldo em 30/06/2026	165.451	152.043	938.989	1.256.483

A Perda esperada de ativos financeiros está apresentada pelo conceito de perda ampliada que inclui a Recuperação de créditos baixados para prejuízo e Descontos concedidos que somados geraram um efeito no resultado de R\$ 161.064 (R\$ 34.986 no 1º semestre de 2025).

O Banco avalia a evidência objetiva de perdas em Empréstimos e Financiamentos de Clientes de forma individual para os Ativos Financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para Ativos Financeiros que não sejam individualmente significativos (vide nota nº 2.3.d.viii).

7.5. Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

O Banco dispõe de operações de cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios configuradas pela coobrigação nas cessões de crédito, ou pela subscrição de séries subordinadas em estruturas de securitização de recebíveis.

O valor das operações cedidas e das obrigações assumidas são como segue

Descrição	Operações de Créditos Cedidas	Obrigações Assumidas
Cessão de Crédito – Outras ⁽¹⁾	2.405.042	1.719.944
Total em 30/06/2026	2.405.042	1.719.944
Total em 31/12/2025	1.665.074	1.230.108

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, a operação de cessão de direitos creditórios com características de retenção substancial de riscos e benefícios em operação estruturada que tem como lastro direitos creditórios cedidos pelo Banco Mercantil.

7.6. Outros Ativos Financeiros

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Títulos e Créditos a receber ⁽¹⁾	233.795	214.337
Pagamentos e Recebimentos a liquidar	8.773	1.116
Negociação e Intermediação de Valores	513	3.773
Total	243.081	219.226
Circulante	80.858	12.156
Não circulante	162.223	207.070

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, a Direitos Creditórios e Precatórios a receber e registraram provisão no montante de R\$ 7.200, em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

8. Ativos e Passivos Fiscais

8.1. Ativos Fiscais Correntes – Impostos a Compensar

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
IRPJ/CSLL - repetição indébito	5.004	36.693
IRPJ / CSLL ⁽¹⁾	46.521	43.319
Impostos e contribuições retidos na fonte	103.563	59.304
Antecipação IRPJ/CSLL	232.188	129.948
Outros	1.821	1.820
Total	389.097	271.084
Circulante	387.671	266.899
Não circulante	1.426	4.185

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, aos saldos credores apurados na DIPJ de exercícios anteriores.

8.2. Ativos Fiscais Diferidos – Créditos Tributários

a) Composição e movimentação dos créditos tributários

Descrição	31/12/2025	Constituição	Realização	30/06/2026
Diferenças temporárias	900.088	452.385	(303.537)	1.048.936
Provisão para perda esperada	702.146	275.331	(195.823)	781.654
Provisão para Contingências	127.469	73.941	(55.649)	145.761
MTM	1.476	1.780	(1.752)	1.504
Outras diferenças temporárias	68.997	101.333	(50.313)	120.017
Prejuízo Fiscal / Base Negativa ⁽ⁱ⁾	488.708	3.986	(41.020)	451.674
MP 2.158/2001 ⁽ⁱ⁾	100	-	(100)	-
Total	1.388.896	456.371	(344.657)	1.500.610

⁽ⁱ⁾ A realização da MP nº 2.158-35/01 não sensibiliza o resultado por se tratar de tributos compensáveis conforme dispõe o artigo 8º dessa MP.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se ao crédito tributário constituído em dezembro de 2025, relativo à Transação Tributária Individual, não recorrente, de 23 de dezembro de 2025, celebrada pelo Banco em conjunto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), com relação a todos os processos administrativos e judiciais tributários relacionados às controvérsias: (i) sobre a incidência de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, nos termos da Lei nº 9.718/98, e (ii) sobre a incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção monetária do Balanço Patrimonial – IPC/89.

A Transação Tributária foi firmada com amparo na Lei 13.988/20 e Portaria PGFN 6.757/22, com modificações posteriores, e contemplou os benefícios legais aplicáveis, com desconto negociado de 58,8%. A celebração do acordo reflete a estratégia do Banco Mercantil na gestão de riscos fiscais e o principal objetivo da transação foi a regularização ampla de controvérsias jurídicas, promovendo maior previsibilidade, segurança jurídica e eficiência na alocação de capital, com efeitos positivos sobre a qualidade e a sustentabilidade dos resultados futuros.

b) Realização dos créditos tributários

Os créditos tributários compensáveis, constituídos e registrados em conformidade com a MP nº 2.158-35/01, decorrem da aplicação da alíquota de 18,00% sobre a base negativa e adições temporárias ao lucro líquido para efeito de apuração da CSL, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998. Os créditos tributários ativos, bem como os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes, são conforme segue:

Descrição	Diferenças Temporárias	Prejuízo fiscal e Base negativa	30/06/2026	31/12/2025
2026	314.350	4.267	318.617	529.265
2027	434.586	68.572	503.158	281.864
2028	69.876	203.645	273.521	323.248
2029	53.041	173.240	226.281	69.501
2030 a 2032	177.083	1.950	179.033	185.018
Total	1.048.936	451.674	1.500.610	1.388.896
Valor Presente	834.344	317.047	1.151.391	997.186

c) Créditos tributários não ativados

Em 30 de junho de 2026, o saldo de adições temporárias, bem como prejuízos fiscais e base negativa, sobre os quais não foram registrados créditos tributários montam em R\$ 183 da Controlada Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A.

8.3. Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Resultado antes dos impostos	708.127	395.926
Imposto de Renda e Contribuição Social de acordo com alíquotas vigentes ⁽¹⁾	(267.475)	(153.595)
Ajustes no cálculo dos tributos		
Juros sobre o capital próprio	85.287	62.838
Outros valores	43.539	52.672
Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social	(138.649)	(38.085)

⁽¹⁾ Alíquotas vigentes: (i) A Provisão para imposto de renda das empresas do Grupo é constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240; e (ii) a contribuição social é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% para o Banco e BMI; 15% para as demais Instituições Financeiras e 9% para as empresas comerciais que compõem o Consolidado.

8.4. Passivos Fiscais Correntes

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Transação Tributária ⁽¹⁾	-	686.777
IRPJ/CSLL	33.527	10.185
IRRF s/ salários e serviços de terceiros	28.465	40.004
PIS	3.564	6.003
COFINS	20.330	34.655
Outros	51.807	35.601
Total - Circulante	137.693	813.225

⁽¹⁾ Refere-se ao saldo a pagar remanescente da Transação Tributária em 31 de dezembro de 2025, que foi liquidado em janeiro de 2026.

9. Ativos não financeiros mantidos para venda

a) Composição dos Ativos não financeiros mantidos para venda

Descrição	Custo	Provisão	30/06/2026	31/12/2025
Imóveis	64.341	(17.565)	46.776	46.870
Total	64.341	(17.565)	46.776	46.870

b) Movimentação dos Ativos não financeiros mantidos para venda

Descrição	Imóveis
Saldo em 31/12/2025	46.870
Reversão / (Constituição) de Provisão	(94)
Saldo em 30/06/2026	46.776

Os ativos mantidos para venda estão apresentados pelo seu valor justo, mensurado utilizando-se informações adotadas pelo mercado, como os preços de vendas recentes em negócios semelhantes.

10. Outros Ativos

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Despesas antecipadas (vide nota nº10.1)	53.357	137.867
Devedores por Depósitos em Garantia (vide nota nº15.b)	131.503	139.457
Adiantamentos ao FGC	108.580	-
Cartão de Crédito ⁽ⁱ⁾	64.382	62.461
Devedores Diversos-País	60.772	58.150
Outros	60.168	30.839
Total	478.762	428.774
Circulante	341.496	180.990
Não circulante	137.266	247.784

⁽ⁱ⁾ Refere-se aos valores a receber, relativos às compras realizadas com cartão de crédito pelos clientes do Mercantil.

10.1. Despesas antecipadas

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Propaganda e publicidade ^{(i) (ii)}	23.476	83.175
Serviços do Sistema Financeiro ⁽ⁱⁱ⁾	-	17.402
Seguros ⁽ⁱⁱⁱ⁾	7.512	11.246
Demais despesas antecipadas ^(iv)	22.369	26.044
Total	53.357	137.867
Circulante	48.139	30.083
Não circulante	5.218	107.784

⁽ⁱ⁾ Refere-se, basicamente, a contratação de propagandas institucionais ainda não veiculadas.

⁽ⁱⁱ⁾ No segundo trimestre de 2026, os saldos relacionados a recursos aplicados na aceleração de originação de operações de crédito, anteriores à entrada em vigor da Res. CMN n. 4.966/21, foram baixados (vide nota nº 2.6).

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

^(iv) Refere-se, basicamente, a IPTU, aluguéis, taxa de alvará e licenciamento das agências, cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com os prazos contratuais.

11. Outros Investimentos

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
CIP S.A. ⁽ⁱ⁾	16.286	16.286
Precpago – Soluções em Créditos Judiciais Ltda. ⁽ⁱⁱ⁾	13.500	4.500
Gyramais Tecnologia S.A.	1.940	1.940
Outros	224	347
Total	31.950	23.073

⁽ⁱ⁾ Nome fantasia: Nuclea.

⁽ⁱⁱ⁾ Aquisição adicional de participação indireta pela Controlada Banco Mercantil de Investimentos S.A. de 20% no capital social da Precpago – Soluções em Créditos Judiciais Ltda., elevando a participação total de 10% para 30%, correspondendo a uma participação indireta de 27,76% pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. O processo foi submetido ao Bacen e aprovado em 17/07/2026 e o saldo será reclassificado para investimentos de coligadas no terceiro trimestre de 2026.

12. Imobilizado

12.1. Imobilizado próprio

a) Composição do Imobilizado próprio

Descrição	Taxa	Custo	Depreciação	30/06/2026	31/12/2025
Imóveis para Renda	-	2.984	(30)	2.954	2.955
Terrenos	-	2.947	-	2.947	2.947
Edificações	4%	37	(30)	7	8
Imobilizado de uso	-	450.513	(284.490)	166.023	181.185
Equipamentos de processamento de dados	20%	228.107	(177.554)	50.553	59.638
Imóveis e benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	128.380	(49.663)	78.717	83.197
Móveis e equipamentos	10%	93.427	(57.273)	36.154	37.751
Material em estoque	-	599	-	599	599
Total		453.497	(284.520)	168.977	184.140

b) Movimentação do imobilizado próprio

Descrição	Equipamentos de processamento de dados	Imóveis e benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Imóveis para renda	Material em estoque	Total
Saldo em 31/12/2025	59.638	83.197	37.751	2.955	599	184.140
(+) Adições	828	7.129	2.023	-	-	9.980
(+/-) Transferência	(4)	-	4	-	-	-
(-) Baixas	(414)	(4.970)	(72)	-	-	(5.456)
(-) Depreciação no período	(9.873)	(10.929)	(3.569)	(1)	-	(24.372)
(-) Baixas de Depreciação	378	4.290	17	-	-	4.685
Saldo em 30/06/2026	50.553	78.717	36.154	2.954	599	168.977

12.2. Imobilizado de arrendamento

a) Composição do Imobilizado de arrendamento

Descrição	Custo	Depreciação ⁽¹⁾	30/06/2026	31/12/2025
Imóveis	473.064	(93.723)	379.341	397.331
Máquinas e Equipamentos	48.498	(9.700)	38.798	43.648
Total	521.562	(103.423)	418.139	440.979

⁽¹⁾ A depreciação é calculada com base na vida útil dos ativos que corresponde ao prazo de cada contrato de aluguel pactuado que variam de 60 a 300 meses.

b) Movimentação do imobilizado de arrendamento

Descrição	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Total
Saldo em 31/12/2025	397.331	43.648	440.979
(+) Adições	68.476	-	68.476
(-) Baixas	(40.579)	-	(40.579)
(-) Depreciação no período	(52.364)	(4.850)	(57.214)
(-) Baixas de Depreciação	6.477	-	6.477
Saldo em 30/06/2026	379.341	38.798	418.139

13. Intangível

a) Composição do Intangível

Descrição	Taxa	Custo	Amortização	30/06/2026	31/12/2025
Sistemas de Processamento de dados	20%	259.147	(109.331)	149.816	143.741
Licenças e Direitos de uso ⁽¹⁾	-	112.767	(57.447)	55.320	66.888
Sistemas de Segurança	20%	3.601	(3.267)	334	690
Outros Intangíveis	20%	1.137	(62)	1.075	1.239
Total		376.652	(170.107)	206.545	212.558

⁽¹⁾ Amortização conforme prazo do contrato.

b) Movimentação do Intangível

Descrição	Sistemas de Processamento de dados	Licenças e Direitos de uso	Sistemas de Segurança	Outros Intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2025	143.741	66.888	690	1.239	212.558
(+) Adições	29.380	18.915	-	262	48.557
(-) Baixas	(2.096)	(10.282)	-	(374)	(12.752)
(-) Amortização no período	(21.499)	(26.287)	(356)	(52)	(48.194)
(+) Baixas de Amortização	290	6.086	-	-	6.376
Saldo em 30/06/2026	149.816	55.320	334	1.075	206.545

14. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

14.1. Depósitos

Descrição	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2026	31/12/2025
À Vista	448.120	-	-	448.120	398.707
Poupança	99.357	-	-	99.357	105.612
Interfinanceiros	2.501	7.946	195.006	205.453	216.020
A Prazo	2.672.169	6.811.081	10.964.554	20.447.804	20.388.960
Outros	3.124	-	-	3.124	12.204
Total	3.225.271	6.819.027	11.159.560	21.203.858	21.121.503

14.2. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Descrição	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2026	31/12/2025
Letras Financeiras	994.089	1.723.398	5.342.578	8.060.065	5.588.408
Debêntures	-	-	1.603.598	1.603.598	1.583.571
Letras de Crédito do Agronegócio	107	13.970	-	14.077	25.762
Total	994.196	1.737.368	6.946.176	9.677.740	7.197.741

14.3. Instrumentos de dívida elegíveis a capital

O saldo dos Instrumentos de dívida elegíveis a capital é como segue:

Descrição	Vencimento	Valor da operação	30/06/2026	31/12/2025
Letra Financeira Subordinada – Nível II	2026 a 2039	575.060	777.115	687.798
Letra Financeira Subordinada – Capital complementar	Perpétua	312.792	355.674	261.877
Total			1.132.789	949.675
Circulante			105.869	95.228
Não circulante			1.026.920	854.447

Do total das Letras Financeiras Subordinadas - Nível II, o montante de R\$ 473.925 está sendo utilizado na composição do Patrimônio de Referência Nível II de acordo com o prazo de vencimento.

14.4. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Operações de captação no mercado	2.153.466	1.510.669
Depósitos	1.329.611	1.148.729
Despesas de LCA, LCI e LF	579.773	268.266
Despesas de Debêntures	117.279	75.430
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	109.391	3.332
Operações compromissadas	2.688	1.682
Outras	14.724	13.230
Operações de Empréstimos e Repasses	327	7.170
Total	2.153.793	1.517.839

15. Provisões e Passivos Contingentes

A Administração monitora continuamente a evolução de seus processos judiciais e administrativos e avalia periodicamente as provisões reconhecidas, abrangendo os processos cuja probabilidade de perda seja julgada como provável pelos seus assessores jurídicos externos, em conformidade com a norma IAS 37 (CPC 25). O desfecho definitivo dessas ações poderá resultar na reversão parcial ou total das respectivas provisões à medida que a instituição obtenha decisões judiciais favoráveis.

No reconhecimento das provisões são observados os seguintes critérios:

- Trabalhistas: são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos. Nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica.
- Cíveis: são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências.
- Fiscais: são registradas, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.

Adicionalmente, as provisões decorrentes de processos trabalhistas, cíveis e fiscais são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.

a) Composição das Provisões

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Cíveis	218.837	179.326
Trabalhistas	69.752	67.988
Fiscais ^(I)	74.557	75.484
Total – Não circulante	363.146	322.798

^(I) Refere-se a questionamentos judiciais decorrentes dos seguintes processos:

- COFINS: majoração da alíquota de 3% para 4% e da majoração da base de cálculo.
- CSLL: majoração da alíquota instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nº 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.
- SAT/RAT majoração da alíquota da contribuição previdenciária de 15% para 20%, relativa a autônomos, diretores e administradores e outros (Lei nº 9.876/99 - índice do FAP).
- PIS: Majoração da base de cálculo, instituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.
- ISS: A matéria discutida, na sua maioria, está relacionada às exigências fiscais municipais que extrapolam os ditames da Lei Complementar nº 116/03, no que tange a tributação de receitas que não estão relacionadas a prestação de serviços, e o provisionamento é baseado na apuração do percentual de perda histórica em processos similares, encerrados nos últimos três anos.

b) Movimentação das Provisões

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldos em 31/12/2025	179.326	67.988	75.484	322.798
Constituição / (Reversão)	134.454	20.189	(2.034)	152.609
Atualização Monetária	6.549	2.857	2.042	11.448
Liquidações / Atualização de depósitos	(101.492)	(21.282)	(935)	(123.709)
Saldos em 30/06/2026	218.837	69.752	74.557	363.146
Depósitos judiciais - vide nota nº 10.	20.553	26.017	84.933	131.503

c) Passivos Contingentes

O Banco possui ações de naturezas cíveis e detém ações tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não havia provisões constituídas, em observância à Resolução CMN nº 3.823/09 e Resolução CVM nº 72/22. O saldo das ações cíveis, posicionam-se em R\$ 16.773 (R\$ 14.522 em 31 de dezembro de 2025). As ações tributárias totalizam R\$ 9.404 (R\$ 6.999 em 31 de dezembro de 2025).

16. Outros Passivos

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos ^(I)	423.725	460.390
Credores Diversos	339.701	412.743
Obrigações por Convênios Oficiais	268.118	198.161
Sociais e Estatutárias	241.915	313.194
Cartão de Crédito ^(II)	85.151	66.344
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	65.800	7.496
Outros	13.267	13.939
Total	1.437.677	1.472.267
Circulante	1.196.917	1.195.284
Não circulante	240.760	276.983

^(I) Refere-se, basicamente, aos Passivos de Arrendamento relativos aos Ativos de Direito de Uso (vide nota nº 12.2.)

^(II) Refere-se, basicamente, a repasses às operadoras de cartão, que são as responsáveis pelo pagamento aos estabelecimentos comerciais das compras procedidas pelos clientes do Mercantil.

17. Patrimônio Líquido

17.1. Capital Social

O Capital social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, totalmente subscritas e integralizadas, da seguinte forma:

Descrição	30/06/2026		31/12/2025	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ações Ordinárias	84.052.790	647.206	65.155.744	501.699
Ações Preferenciais	39.675.836	305.504	39.675.836	305.504
Total do capital subscrito e integralizado	123.728.626	952.710	104.831.580	807.203
(-) Ações preferenciais em tesouraria	(348.500)	(3.830)	(348.500)	(3.830)
Total do capital em circulação	123.380.126	948.880	104.483.080	803.373

Conforme disposições estatutárias, o Capital social do Banco poderá ser aumentado até o limite de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Aumento de Capital

O Conselho de Administração do Banco, em reunião realizada em 23 de dezembro de 2025, aprovou aumento do capital social a ser efetivado dentro do limite do capital autorizado, por subscrição privada, no valor de, no mínimo, R\$ 300.000.007,76 (trezentos milhões e sete reais e setenta e seis centavos) e, no máximo, R\$ 500.000.004,14 (quinhentos milhões e quatro reais e catorze centavos), mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e com valor nominal de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) cada uma, ao preço de emissão por ação de R\$ 26,38 (vinte e seis reais e trinta e oito centavos), fixado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso III, da Lei das S.A. Informações adicionais estão disponíveis no site da Instituição (www.bancomercantil.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

Durante o período de exercício do direito de preferência no Aumento de Capital, encerrado em 02 de fevereiro de 2026 ("Prazo de Exercício do Direito de Preferência"), foram subscritas 17.329.373 (dezessete milhões, trezentas e vinte nove mil, trezentas e setenta e três) ações ordinárias, nominativas, escriturais e com valor nominal de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) cada, emitidas pela Companhia, ao preço de R\$ 26,38 (vinte e seis reais e trinta e oito centavos), totalizando o valor de R\$ 457.148.859,74 (quatrocentos e cinquenta e sete milhões, cento e quarenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e nove reais, setenta e quatro centavos), atingindo-se, portanto, valor superior ao mínimo estabelecido para o Aumento de Capital.

Durante o período de exercício do direito de subscrição de sobras de ações, que se iniciou em 5 de fevereiro de 2026 (inclusive) e terminou em 13 de fevereiro de 2026 (inclusive), foram subscritas 1.567.673 (um milhão, quinhentas e sessenta e sete mil, seiscentas e setenta e três) ações ordinárias, nominativas, escriturais e com valor nominal de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), de emissão da Companhia, a um preço de emissão por ação de R\$ 26,38 (vinte e seis reais e trinta e oito centavos), totalizando um montante subscrito, durante o referido período de exercício do direito de subscrição de sobras, no valor de R\$ 41.355.213,74 (quarenta e um milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e treze reais, setenta e quatro centavos), cuja integralização ocorreu conforme procedimentos previstos no Segundo Aviso aos Acionistas.

Dessa forma, considerando tanto o período de exercício do direito de preferência, quanto o período de exercício do direito de subscrição de sobras, foram subscritas e integralizadas, no total, 18.897.046 (dezoito milhões, oitocentas e noventa e sete mil, quarenta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e com valor nominal de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), de emissão da Companhia, a um preço de emissão por ação de R\$ 26,38 (vinte e seis reais e trinta e oito centavos), totalizando um montante subscrito de R\$ 498.504.073,48 (quatrocentos e noventa e oito milhões, quinhentos e quatro mil, setenta e três reais, quarenta e oito centavos), sendo o montante de R\$ 145.507.254,20 (cento e quarenta e cinco milhões e quinhentos e sete mil e duzentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos) apropriados ao capital social e o montante de R\$ 352.996.819,28

(trezentos e cinquenta e dois milhões e novecentos e noventa seis mil e oitocentos e dezenove reais e vinte e oito centavos) sendo apropriados à reserva de capital.

Como restaram apenas 56.707 (cinquenta e seis mil, setecentas e sete) ações não subscritas, a administração submeteu ao Conselho de Administração da Companhia que homologou o Aumento de Capital parcial, com o cancelamento das ações remanescentes não subscritas, sem realização de leilão de sobras, tendo em vista o atingimento de valor superior ao Aumento de Capital Mínimo (conforme definido no Primeiro Aviso aos Acionistas). As frações de ações decorrentes do exercício do direito de preferência, do exercício do direito de subscrição das sobras ou rateio das ações foram desconsideradas.

O capital social da Companhia passou de R\$ 807.203.166,00 (oitocentos e sete milhões, duzentos e três mil, cento e sessenta e seis reais), dividido em 104.831.580 (cento e quatro milhões, oitocentas e trinta e uma mil, quinhentas e oitenta) ações, sendo 65.155.744 (sessenta e cinco milhões, cento e cinquenta e cinco mil, setecentas e quarenta e quatro) ações ordinárias e 39.675.836 (trinta e nove milhões, seiscentas e setenta e cinco mil, oitocentas e trinta e seis) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e com valor nominal de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), para R\$ 952.710.420,20 (novecentos e cinquenta e dois milhões, setecentos e dez mil, quatrocentos e vinte reais, vinte centavos), dividido em 123.728.626 (cento e vinte três milhões, setecentas e vinte oito mil, seiscentas e vinte seis) ações, sendo 84.052.790 (oitenta e quatro milhões, cinquenta e dois mil, setecentos e noventa) ações ordinárias e 39.675.836 (trinta e nove milhões, seiscentas e setenta e cinco mil, oitocentas e trinta e seis) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e com valor nominal de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos). O Aumento de Capital foi homologado pelo Bacen em 06 de março de 2026.

Informações adicionais estão disponíveis no site da Instituição (www.bancomercantil.com.br), no site da CVM (www.cvm.com.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

17.2. Reservas de capital e de lucros

a) Reserva de capital: São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76. O valor de R\$ 352.996.819,28 foi apropriado à reserva de capital elevando o saldo de R\$ 43.374.979,60 para o montante de R\$ 396.371.748,88. O Aumento de Capital, com a respectiva constituição de reserva de capital, foi homologado pelo Bacen em 06 de março de 2026.

b) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

17.3. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Banco	30/06/2026	30/06/2025
Lucro líquido do período	560.871	347.213
(-) Reserva Legal	(28.044)	(17.361)
Base de Cálculo	532.827	329.852
Juros s/ capital próprio (bruto) provisionados / deliberados	189.526	139.641
(-) IRRF relativo aos juros s/ capital próprio	(33.167)	(20.946)
Juros s/ capital próprio (líquido) provisionados / deliberados ⁽¹⁾	156.359	118.695
Percentual dos juros s/ capital próprio (líquido) sobre a base de cálculo	29,3%	36,0%

⁽¹⁾ Juros s/ capital próprio provisionados em 30/06/2026 e deliberados em 04/08/2026.

17.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o período, excluindo as ações adquiridas pelo Banco e mantidas em tesouraria.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	30/06/2026	30/06/2025
Número médio e final de ações	84.052.790	39.327.336	123.380.126	104.483.080
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	84.052.790	39.327.336	123.380.126	104.483.080
Lucro básico atribuível (em R\$ mil)	382.094	178.777	560.871	347.213
Lucro básico por ação	4,5459	4,5459	4,5459	3,3232

No período, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico.

17.5. Pagamento Baseado em Ações

a) Plano de Outorga de Ações Restritas

Em 26 de novembro de 2025 o Banco Mercantil aprovou em Assembleia Geral Extraordinária o Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia ("Plano"), voltado para os diretores estatutários e não estatutários e empregados em posições chave no Banco e Empresas Controladas.

No âmbito do Plano de Ações Restritas, poderão ser outorgadas ações restritas que deem direito ao recebimento de ações ordinárias de emissão do Banco ("Ações Restritas ON"), e/ou ações restritas que deem direito ao recebimento de ações preferenciais de emissão do Banco ("Ações Restritas PN"). As ações decorrentes das ações restritas a serem outorgadas no âmbito do Plano representarão, no máximo, 10% do capital social total da Companhia, considerado em bases totalmente diluídas, o qual poderá ser ajustado nos termos do Plano, podendo ser outorgadas tanto Ações Restritas ON, quanto Ações Restritas PN, sem guardar proporção entre as espécies.

Em 3 de março de 2026, o Conselho de Administração aprovou o 1º Programa de Outorga de Ações Restritas, destinado exclusivamente a Diretores Estatutários.

b) Características do 1º Programa

Data de Outorga	Ações aprovadas (ON)	Vesting	Valor Justo na Outorga (por ação)	Participantes
20/05/2026	4.300.000	Até 5 anos	R\$ 56,01	Diretores Estatutários

- **Critério de Vesting:** A aquisição do direito ocorre de forma escalonada: 10 % no 1º ano; 15% no 2º ano, e 25% respectivamente nos 3º, 4º e 5º anos.
- **Período de Restrição:** Após a entrega, as ações ficam sujeitas uma restrição de negociação (*lock-up*) por um período adicional de 5 anos.
- **Precificação:** O valor justo das ações foi determinado pelo valor de mercado cotado na data de sua outorga.

c) Impacto no Resultado

No 1º semestre de 2026, o Banco reconheceu o montante de R\$ 5.097 a título de despesa de benefícios a empregados vinculada a este plano, registrada na rubrica "Despesas de Pessoal".

Conforme a Resolução CMN nº 5.177/2024, 50% da remuneração variável dos administradores é paga por meio de instrumentos compatíveis com a criação de valor a longo prazo, sendo direcionada à aquisição de quotas de Fundo de Investimento em Ações do Banco.

18. Outras Receitas / (Despesas) Operacionais

18.1. Receitas de prestação de serviços

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Renda de Intermediação de negócios ⁽¹⁾	660.666	294.283
Tarifas bancárias	62.566	90.006
Serviços de arrecadação	6.825	2.298
Cobrança	1.110	1.231
Administração de fundos de investimentos	1.826	1.262
Cartão de crédito - Intercâmbio	660	18.757
Outros	1.345	1.569
Total	734.998	409.406

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, a receitas de serviços de intermediações de seguros e assistências gerados pelo Banco e através de empresas controladas.

18.2. Despesas de pessoal

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Proventos	203.799	172.210
Encargos sociais	77.287	65.506
Benefícios	65.584	54.920
Honorários	77.561	63.819
Participações no lucro	36.126	34.196
Total	460.357	390.651

18.3. Despesas administrativas

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Serviços de terceiros	291.687	202.172
Processamento de dados	179.097	123.827
Amortização e depreciação	129.779	109.206
Propaganda, publicidade e publicações	68.265	34.339
Comissão de Originação	38.957	38.630
Transportes	30.537	25.987
Materiais, manutenção e conservação de bens	24.115	18.047
Seguros	15.539	15.032
Serviços do Sistema Financeiro	15.092	14.168
Comunicações	8.003	6.208
Água, Energia e Gás	8.028	8.120
Outras	25.386	24.359
Total	834.485	620.095

18.4. Despesas tributárias

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
COFINS	152.798	107.523
PIS	26.690	18.370
ISSQN	22.292	13.906
Outros tributos	5.891	10.064
Total	207.671	149.863

18.5. Outras receitas operacionais

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Recuperação de encargos e despesas	56.612	16.952
Variações monetárias ativas	59.990	21.488
Reversão de provisões	23.437	28.313
Outras receitas operacionais	21.994	13.377
Total	162.033	80.130

18.6. Outras despesas operacionais

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Direito de pagamento de benefícios previdenciários ^(I)	467.281	394.742
Despesas de carácter eventual ^(II)	49.053	29.219
Variações monetárias passivas	11.448	10.739
Outras despesas ^(III)	86.557	125.191
Total	614.339	559.891

^(I) Refere-se ao custo do Leilão do INSS relativamente ao direito de pagamento de benefícios previdenciários.

^(II) Refere-se, basicamente, a cancelamento de operações de créditos e baixas judiciais.

^(III) Refere-se, basicamente, a despesas de cashback.

18.7. Reversões / (Despesas) de provisões

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Cíveis	(134.454)	(94.294)
Trabalhistas	(20.189)	(11.783)
Fiscais	2.034	227
Total	(152.609)	(105.850)

18.8. Resultados não recorrentes

No 1º semestre de 2026 e 2025, não houve resultados não recorrentes relevantes de que trata a Resolução BCB nº 2/20.

19. Transações entre Partes Relacionadas

19.1. Transações entre partes relacionadas

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, conforme segue:

Ativo	Prazo máximo	30/06/2026	31/12/2025
Aplicações em DI ⁽ⁱ⁾		359.905	367.076
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	-	359.905	358.129
Mercantil Financeira S.A.	-	-	8.947
Títulos e Valores Mobiliários ⁽ⁱⁱ⁾		477.903	424.909
OPEA	24/10/2035	477.903	424.909
Valores a Receber de Sociedades Ligadas ⁽ⁱⁱⁱ⁾		592	861
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	31/07/2026	41	63
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	31/07/2026	130	131
COSEFI	31/07/2026	26	26
Domo Digital Tecnologia S.A.	31/07/2026	10	11
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.	31/07/2026	9	7
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	31/07/2026	-	26
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	31/07/2026	12	30
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	31/07/2026	77	77
Mercantil Financeira S.A.	31/07/2026	194	407
SANSA	31/07/2026	3	3
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	31/07/2026	10	10
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	31/07/2026	10	10
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	31/07/2026	10	10
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	31/07/2026	10	10
Viva Notícias Ltda.	31/07/2026	10	10
Assistência Pet Nacional Ltda.	31/07/2026	10	10
Assistência Conecta Saúde Ltda.	31/07/2026	10	10
Total Assistência Previdenciária Ltda.	31/07/2026	10	10
Plataforma Fidelidade e Benefícios Ltda.	31/07/2026	10	-
Dividendos / JCP a Receber		79.783	15.342
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	Sem prazo	42.897	-
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	Sem prazo	36.886	-
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	Sem prazo	-	2.660
Mercantil Financeira S.A.	Sem prazo	-	12.480
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	Sem prazo	-	110
COSEFI	Sem prazo	-	92

⁽ⁱ⁾ Refere-se as aplicações do Banco por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se às Cotas subordinadas das Debêntures retidas pelo banco emitidas pela OPEA que tem como lastro direitos creditórios de crédito consignado cedidos pelo Banco Mercantil.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, aos valores a receber de sociedades ligadas, decorrente do Contrato de Compartilhamento de Despesas, que compreende o reembolso de custos de gestão e administração devidos pela prestação de serviços relativos à gestão de tesouraria e captação de recursos, encaminhamento de negócios e outros.

Passivo	Prazo máximo	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos⁽ⁱ⁾		(1.149.928)	(940.494)
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	-	(1.049)	(1.259)
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	-	(220.184)	(85.231)
COSEFI	-	(29.129)	(28.541)
Domo Digital Tecnologia S.A.	-	(8.771)	(7.616)
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.	-	(6.743)	(6.559)
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	-	-	(197)
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	-	(33)	(130)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	-	(224.070)	(28.559)
Mercantil Financeira S.A.	-	(1.470)	(982)
SANSA	-	(2.626)	(2.532)
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	-	(13.925)	(11.539)
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	-	(8.810)	(11.409)
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	-	(7.922)	(32.443)
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	-	(12.953)	(33.094)
Viva Notícias Ltda.	-	(6.098)	(7.422)
Assistência Pet Nacional Ltda.	-	(11.403)	(13.387)
Assistência Conecta Saúde Ltda.	-	(8.105)	(8.388)
Total Assistência Previdenciária Ltda.	-	(7.451)	(14.479)
Plataforma Fidelidade e Benefícios Ltda.	-	(7.928)	-
Lar Assistência Ltda.	-	(14.515)	-
Converge Serviços e Otimização Ltda.	-	(4.305)	-
Pessoal Chave da Administração	-	(552.438)	(646.727)
Captações no Mercado Aberto		(56.475)	(42.998)
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	-	-	(8.566)
Mercantil Financeira S.A.	-	(33.721)	-
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	-	-	(12.857)
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	-	(22.754)	(21.575)
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão⁽ⁱⁱ⁾		(2.076.248)	(1.832.936)
OPEA	24/10/2035	(2.076.248)	(1.832.936)
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas		(3.969)	(28.410)
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	31/07/2026	(408)	(19.140)
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	31/07/2026	-	(17)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	31/07/2026	(611)	(7.429)
Mercantil Financeira S.A.	31/07/2026	(419)	(419)
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	31/07/2026	(450)	(133)
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	31/07/2026	(107)	(133)
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	31/07/2026	(14)	(295)
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	31/07/2026	(454)	(300)
Viva Notícias Ltda.	31/07/2026	(248)	(106)
Assistência Pet Nacional Ltda.	31/07/2026	(302)	(159)
Assistência Conecta Saúde Ltda.	31/07/2026	(248)	(106)
Total Assistência Previdenciária Ltda.	31/07/2026	(10)	(173)
Plataforma Fidelidade e Benefícios Ltda.	31/07/2026	(248)	-
Lar Assistência Ltda.	31/07/2026	(450)	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos⁽ⁱⁱⁱ⁾		(2.601)	(2.874)
Pessoal Chave da Administração	-	(2.601)	(2.874)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital^(iv)		(5.760)	(7.420)
Pessoal Chave da Administração	-	(5.760)	(7.420)
Dividendos / JCP a Pagar		(115.177)	(117.377)
Pessoal Chave da Administração	-	(115.177)	(117.377)

⁽ⁱ⁾ Refere-se aos saldos de contas correntes e aplicações em depósitos a prazo, à vista e poupança de ligadas e controladores mantidas no Banco.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se à obrigação decorrente da operação de cessão de direitos creditórios sem coobrigação e com retenção de riscos realizados com a OPEA.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se às aplicações de Controladores em Letras Financeiras e LCA mantidas no Banco.

^(iv) Refere-se às aplicações de Controladores em Letras Financeiras Subordinadas mantidas no Banco.

Receitas / (Despesas)	30/06/2026	30/06/2025
Resultado da Intermediação Financeira ⁽ⁱ⁾	(258.403)	(160.424)
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	26.008	18.890
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	(9.738)	(13.471)
COSEFI	(1.910)	(1.745)
Domo Digital Tecnologia S.A.	(454)	(334)
MB FII	-	(30)
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.	(436)	(324)
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	-	(260)
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	(1.475)	(1.313)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	(10.107)	(17.635)
Mercantil Financeira S.A.	(975)	2.315
OPEA	(207.348)	(131.302)
SANSA	(170)	(150)
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	(772)	(718)
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	(572)	(706)
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	(877)	(714)
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	(1.092)	(758)
Viva Notícias Ltda.	(375)	(148)
Assistência Pet Nacional Ltda.	(708)	-
Assistência Conecta Saúde Ltda.	(496)	-
Total Assistência Previdenciária Ltda.	(577)	-
Plataforma Fidelidade e Benefícios Ltda.	(408)	-
Lar Assistência Ltda.	(468)	-
Converge Serviços e Otimização Ltda.	(44)	-
Pessoal Chave da Administração	(45.409)	(12.021)
Receitas de Prestação de Serviços ⁽ⁱⁱ⁾	3.562	4.899
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	250	351
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	789	798
COSEFI	158	160
Domo Digital Tecnologia S.A.	64	64
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.	52	38
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	-	143
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	71	160
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	470	472
Mercantil Financeira S.A.	1.157	2.456
SANSA	21	17
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	60	60
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	60	60
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	60	60
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	60	60
Viva Notícias Ltda.	60	-
Assistência Pet Nacional Ltda.	60	-
Assistência Conecta Saúde Ltda.	60	-
Total Assistência Previdenciária Ltda.	60	-
Plataforma Fidelidade e Benefícios Ltda.	50	-
Outras Despesas Administrativas	(65.071)	(28.166)
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	(37.807)	(11.553)
Domo Digital Tecnologia S.A.	(24.758)	(16.371)
Viva Notícias Ltda.	(2.455)	-
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	-	(191)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	(51)	(51)
Outras Despesas Operacionais	(500)	(11.841)
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	(500)	-
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	-	(141)
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	-	(2.478)
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	-	(2.446)
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	-	(2.474)
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	-	(2.756)
Viva Notícias Ltda.	-	(1.546)

⁽ⁱ⁾ Refere-se à remuneração das aplicações financeiras (Poupança, Depósito a Prazo, LCA e Letras Financeiras) mantidas no Banco pelas empresas Ligadas e Controladores.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se ao somatório dos valores mensais recebidos ou a receber de ligadas referente ao Contrato de Compartilhamento de Despesas que compreende o reembolso de custos de gestão e administração devidos pela prestação de serviços relativos à gestão de tesouraria e captação de recursos, encaminhamento de negócios e outros.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, aos valores pagos à Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A. referente a prestação de serviços de correspondente bancário.

^(iv) Refere-se aos valores pagos à Domo Digital Tecnologia S.A. referente ao pagamento de custos de Processamento de Dados.

19.2. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

20. Planos de Benefícios

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/24.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores do Banco foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 23/04/2026, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 197.000.

A remuneração dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria e participações nos lucros (vide nota nº 18.2.).

Até 30 de junho de 2026, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 17.5, o Banco instituiu o Plano de Outorga de Ações Restritas. Em 3 de março de 2026, foi aprovado o 1º Programa de Outorga, destinado exclusivamente aos Diretores Estatutários.

No semestre findo em 30 de junho de 2026, o Banco reconheceu o montante de R\$ 5.097 a título de despesa de remuneração baseada em ações para seus administradores, em conformidade com as diretrizes da Resolução CMN nº 5.177/24 (que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras).

As ações outorgadas possuem prazo de carência (vesting) de até 5 anos e estão sujeitas a restrições de negociação (lock-up) por período adicional de 5 anos após a entrega, visando o alinhamento de interesses a longo prazo e a gestão de riscos, conforme exigido pela regulamentação vigente.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

21. Gerenciamento dos Riscos e Gestão do Capital

A atividade de gerenciamento dos riscos e gestão do capital é parte integrante e fundamental nas atividades do Mercantil, visando obter a melhor relação risco/retorno compatível com o apetite ao risco do conglomerado prudencial. O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos, objetivando tomadas de decisões mais assertivas e a otimização do uso do capital.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteada pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos. A gestão dos riscos financeiros e de capital é centralizada na Diretoria de Riscos e *Compliance*,

englobando não apenas os dados do banco, mas também das demais empresas que compõem o conglomerado prudencial, resultando em maior agilidade e assertividade na tomada de decisões.

Com base nas boas práticas de Governança Corporativa e de Mercado, o Mercantil busca estabelecer um padrão de divulgação de informações que permita ao mercado avaliar as informações essenciais, referentes às exposições a riscos, adequação de capital e atuação socioambiental responsável. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no site: www.bancomercantil.com.br.

A seguir, será apresentada, de forma sucinta, a descrição das atividades relacionadas à avaliação e ao gerenciamento dos principais riscos na Instituição:

a) Gerenciamento de Capital

O Gerenciamento de Capital do Mercantil compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de Capital, em conformidade com os objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital do Banco é compatível com o modelo de negócio e ao perfil de riscos da Instituição, o que possibilita uma avaliação consistente das necessidades de Capital para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de Capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

A Instituição faz o gerenciamento da sua estrutura de capital por meio dos mecanismos e procedimentos formalizados em sua Política Institucional de Gerenciamento de Capital.

Dentre as atividades de gerenciamento contínuo do capital, tem-se o acompanhamento dos indicadores de Capital conhecido como Basileia III, adotado pelo Bacen por intermédio da Resolução CMN nº 4.958/21, que dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Capital Nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP).

O quadro abaixo demonstra a apuração dos Indicadores de Capital:

Limites Operacionais e Índice de Basileia	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio de Referência - PR	3.490.773	2.566.562
Patrimônio de Referência Nível I	3.016.848	2.126.814
Capital Principal – CP	2.661.174	1.864.937
Capital Complementar - CC	355.674	261.877
Patrimônio de Referência Nível II	473.925	439.748
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	20.275.073	18.966.362
Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWA_{cpad}	18.065.043	16.925.922
Risco de Mercado - RWA_{mpad}	29.080	38.981
Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWA_{opad}	2.180.950	2.001.459
Índice de Basileia	17,2%	13,5%
Capital de Nível I	14,9%	11,2%
Capital Principal	13,1%	9,8%

Conforme amplamente divulgado em fato relevante e aviso aos acionistas do dia 23 de dezembro de 2025, o Banco com o objetivo de recompor sua margem de capital aos níveis anteriores à transação celebrada com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) comunicou o aumento de capital privado de R\$ 300.000 a R\$ 500.000 visando a continuidade do crescimento apresentado pelo Banco Mercantil nos últimos anos. Após os trâmites regulatórios no dia 24 de fevereiro de 2026 o Conselho de Administração aprovou o aumento de Capital de R\$ 498.504 já integralizados no Banco e homologado pelo Bacen em 06 de março de 2026 (vide nota explicativa n.º 17.1.).

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco optou pela apuração dos índices

de imobilização e de risco consolidados, abrangendo todas as instituições financeiras do conglomerado, posicionando o índice de imobilização em 20,87% (19,32% em dezembro de 2025).

- Razão de Alavancagem

Em atendimento à Resolução BCB nº 478/25, o Banco apura a Razão de Alavancagem (RA) da estrutura patrimonial. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares.

Maiores detalhes sobre a Política de Gerenciamento de Capital e Razão de Alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

b) Gerenciamento do risco de crédito

Conforme definido pela Resolução CMN nº 4.557/17, entende-se por risco de crédito, a possibilidade do não cumprimento total ou parcial, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, bem como a ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante. Além disso, também caracteriza como risco de crédito a reestruturação de instrumentos financeiros, além dos custos de recuperação de exposições enquadradas como ativos problemáticos.

A segregação das atividades é um pilar importante e contempla a originação, análise, decisão, a formalística, o acompanhamento, controle, a gestão de risco, a cobrança e a recuperação. Todo o processo é suportado por modernos sistemas de tecnologia de alta integração, os quais disponibilizam informações gerenciais íntegras e com processo de validação constante a todos os envolvidos nesta atividade, tornando transparentes e integrados os resultados de cada ciclo.

O processo de análise visa concluir sobre o risco de crédito do cliente adotando aspectos quantitativos, baseados na situação econômica, financeira e patrimonial, e qualitativos, tais como dados cadastrais e comportamentais.

A análise da operação de crédito, além de ter como base a classificação de risco do cliente, incorpora os aspectos da estruturação do negócio, inclusive quanto à liquidez e suficiência das garantias apresentadas. Todo o processo é centralizado e as decisões são tomadas de forma colegiada e dentro da alçada de cada nível hierárquico.

Em particular, a concessão de crédito massificado de varejo é realizada de forma automatizada e padronizada através de modelos quantitativos, desenvolvidos por uma equipe técnica capacitada e em constante desenvolvimento, mediante utilização de ferramentas que asseguram maior qualidade dos créditos concedidos.

Cabe ressaltar também que, o processo de concessão de crédito leva em consideração os limites operacionais, na medida em que possui travas, alertas e definição de alçadas de aprovação diferenciadas de acordo com o nível de exposição de cada cliente e grupo econômico, sempre respeitando o limite regulatório.

O cuidado com a qualidade dos ativos financeiros do Banco é concomitante ao processo de concessão de crédito e vai até a liquidação dos contratos. Esta atividade está sob a responsabilidade direta da Diretoria Executiva Jurídica, de Ouvidoria, Crédito e Governança Corporativa, em conjunto à Superintendência de Ativos, que possuem todas as suas diretrizes fundamentadas na Política de Crédito da Instituição.

Para a efetividade do gerenciamento do Risco de Crédito são adotados procedimentos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos de crédito associados ao Mercantil e às instituições integrantes do conglomerado prudencial, sempre perseguindo o apetite a riscos definido na RAS (*Risk Appetite Statement*), em linha com as estratégias de negócio da instituição. Dentro deste contexto, a gestão do risco de crédito na Instituição contempla fatores internos como a análise da evolução da carteira, seus níveis de inadimplência, rentabilidade dos produtos, qualidade da carteira e adequação do capital econômico alocado; além de fatores externos como acompanhamento do ambiente macroeconômico e dos

setores econômicos, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, condicionantes de consumo, dentre outros.

Engloba também o gerenciamento de risco de crédito: a apuração da perda esperada de operações de crédito com base em metodologia estatística robusta, testada e validada por auditoria independente; o cálculo da parcela de risco de crédito (RWAcpad) do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO); a realização de *backtesting* para avaliação do enquadramento e suficiência do provisionamento constituído pela instituição; além de projeções da despesa de provisão e da inadimplência com uso de técnicas estatísticas em conjunto com as premissas definidas no orçamento corporativo.

Por fim, destaca-se também a forte interação das áreas de gestão de riscos com os demais atores do processo de crédito, buscando sempre oportunidades de melhoria nas políticas e processos, bem como trazer assertividade e celeridade em eventuais ajustes e correções em pontos que estejam gerando perdas, desenquadramentos ou inadequações em relação ao apetite a riscos da instituição.

Desta forma, as variações das exposições aos riscos que o Mercantil está sujeito são acompanhadas levando em consideração o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que o Banco tem para com seus clientes, acionistas, funcionários e a sociedade.

Exposição ao Risco de Crédito

A Exposição ao Risco de Crédito contempla as Operações de Crédito e Outros Créditos, o limite de crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela Instituição e as Garantias Prestadas.

Os quadros abaixo contemplam os dados quantitativos sobre sua exposição ao risco de crédito do Banco com base nas informações fornecidas internamente à pessoal chave da administração:

Detalhamento do total das exposições por região geográfica no Brasil:

Região Geográfica	30/06/2026	31/12/2025
Sudeste	24.835.541	26.647.860
Centro-Oeste	4.905.845	2.259.415
Nordeste	2.385.786	528.979
Sul	1.998.988	109.361
Norte	461.966	32.990
Total Geral	34.588.126	29.578.605

Detalhamento do total das exposições por setor econômico:

Setor de Risco	30/06/2026	31/12/2025
Pessoa Física	26.677.824	22.813.979
Pessoa Jurídica	7.910.303	6.764.628
Total Geral	34.588.127	29.578.607

Detalhamento do total das exposições por prazo remanescente de vencimento:

Prazo Remanescente	30/06/2026	31/12/2025
Até 6 meses	10.849.739	4.476.211
Acima de 6 meses até 1 ano	1.004.395	1.344.001
Acima de 1 ano até 5 anos	10.178.027	8.819.301
Acima de 5 anos	12.555.966	14.939.091
Total Geral	34.588.127	29.578.604

Operações em curso anormal segregado por região geográfica no Brasil:

Região Geográfica	30/06/2026			31/12/2025		
	Exposição	Provisão	Baixa para Prejuízo	Exposição	Provisão	Baixa para Prejuízo
Sudeste	841.888	685.098	156.399	628.567	393.252	141.834
Centro-Oeste	99.414	80.829	4.510	65.556	36.729	10.983
Nordeste	125.235	102.991	8.455	86.758	67.044	10.101
Sul	108.229	78.439	1.472	100.274	25.819	1.287
Norte	34.824	26.151	1.100	8.365	7.183	1.050
Total Geral	1.209.590	973.508	171.936	889.520	530.027	165.255

Total das exposições segmentadas por faixas de atraso:

Faixa de Atraso	30/06/2026	31/12/2025
Atraso menor que 30 dias	401.401	337.508
Atraso entre 31 e 90 dias	219.258	150.048
Atraso entre 91 e 180 dias	59.250	37.997
Atraso entre 181 e 365 dias	48.920	36.758
Atraso maior que 365 dias	10.499	6.968
Total Geral	739.328	569.279

Total das exposições reestruturadas por curso das operações:

Curso das Operações	30/06/2026	31/12/2025
Curso Normal	93.401	59.374
Curso Anormal	204.970	19.237
Total Geral	298.371	78.611

Percentual de concentração das 10 e 100 maiores exposições:

Ranking	30/06/2026	31/12/2025
10 Maiores	7%	5%
100 Maiores	9%	6%

A Exposição ao Risco de Crédito é avaliado, para fins de risco de crédito, de acordo com os valores apurados em BRGAAP, que reflete como a Administração gerencia os riscos.

Mitigação dos Riscos - Garantias

O Banco utiliza-se de diversos tipos de garantias como forma de mitigar o risco de crédito das operações. Essas garantias visam assegurar uma segunda fonte de pagamento do crédito no caso de inadimplência do cliente. Assim sendo, a qualidade e a quantidade das garantias fornecidas constituem aspecto determinante na definição do nível de risco de cada operação.

Conforme a Política de Crédito do Banco, para cada operação pode existir mais de um tipo de garantia, cada qual devidamente identificada, quantificada através do percentual exigido em relação ao valor da operação.

Conforme a Política de Crédito do Banco, para cada operação pode existir mais de um tipo de garantia, cada qual devidamente identificada, quantificada através do percentual exigido em relação ao valor da operação e devidamente formalizada e contabilizada.

Mensuração do risco de crédito

A mensuração do risco de crédito utilizado para análise de *impairment* é realizada trimestralmente, a partir da identificação de evidência objetiva de perda na carteira de empréstimos e adiantamentos, considerando a

experiência histórica de perda por redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação.

Os eventos de perda podem ser específicos, isto é, referentes apenas a um cliente, tais como atraso nos pagamentos, renegociação, evento falimentar, ou podem ser coletivos, afetando um grupo maior de ativos, em função, por exemplo, de variações em taxas de juros ou de câmbio ou diminuição no nível de atividade de um ou mais setores econômicos.

Para fins de avaliação coletiva de *impairment*, os ativos financeiros são agrupados de acordo com características de risco de crédito semelhantes, que são indicativos da capacidade do devedor de pagar todas as quantias devidas de acordo com os termos contratuais. Os fatores relevantes usados para este processo de classificação são produto, garantia e valor do contrato.

Com base na experiência de perdas históricas dos ativos com características de risco de crédito semelhantes são estabelecidos dentro de cada grupo, os gatilhos para materialização da perda incorrida e estimados os percentuais de perda. Percentuais estes que aplicados ao saldo devedor permite apurar as estimativas dos valores a serem provisionados.

Para os clientes que apresentem evidências objetivas específicas, a estimativa de perda é realizada individualmente, considerando entre outros aspectos a monetização das garantias constituídas atreladas às operações.

A experiência de perdas históricas é ajustada com base nos dados observáveis atualizados, a fim de refletir os efeitos de condições atuais que não afetaram o período no qual se baseia a experiência de perdas históricas e para remover os efeitos de condições no período histórico não condizente às condições correntes.

c) Gerenciamento do risco de liquidez

Por risco de liquidez, entende-se a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Dentro deste contexto, o risco de liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da Instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

A Instituição possui dois modelos: "mapa de descasamento dos fluxos" e "movimentação diária de produtos". O primeiro modelo permite o acompanhamento por produto, moeda, indexador e vencimento e o segundo fornece fluxos de entrada e saída das operações de crédito e dos produtos que compõem a carteira de *funding*. Além disso, o Mercantil adota limites operacionais de liquidez, monitorados por meio do Saldo Mínimo de Caixa e pelo Índice de Liquidez. Este último indica a capacidade da Instituição em suportar situações de estresse e é baseado nos conceitos do Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL Modelo II). O Índice de Liquidez é obtido através da razão entre o estoque de ativos de alta liquidez e o total de saídas líquidas de caixa prevista para os próximos 30 dias, mensuradas segundo um cenário de estresse padronizado pelo Bacen.

O Mercantil realiza ainda, como um dos instrumentos de gestão, a projeção do fluxo de caixa baseada em previsões orçamentárias aliadas a observações de séries históricas de comportamento de produtos da carteira de crédito e de *funding*, recebimentos antecipados, vencimentos e recompras de operações de depósito a prazo, operações de crédito, cessões de crédito, letras, poupança, depósito à vista e TVMs.

Concomitantemente, são construídos cenários de estresse que permitem a identificação de possíveis problemas que possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição.

O Mercantil possui, também, Plano de Contingência de Liquidez contendo as responsabilidades, estratégias e procedimentos necessários para conduzir a Instituição ao equilíbrio de sua capacidade de pagamento, considerando os potenciais problemas identificados nos cenários de estresse.

d) Gerenciamento do risco de mercado

De acordo com a Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução CMN nº 4.745/19, entende-se por risco de mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos em carteira pela instituição.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de metodologias e sistemas condizentes com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e a dimensão de sua exposição, bem como com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas para o Banco priorizando a agilidade e o alto grau de confiança.

Os cálculos do capital regulatório de risco de mercado têm como principais vertentes: a classificação das operações nas carteiras de Negociação (*Trading*) e Bancária (*Banking*).

Para as operações contidas na carteira de negociação, a metodologia baseia-se no modelo padrão do Banco Central do Brasil, que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (*commodities*).

Já para as operações classificadas na carteira Bancária a metodologia adotada fundamenta-se nas instruções do Banco Central para o IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) como risco do impacto de movimentos adversos das taxas de juros para o capital ou resultados de uma instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a carteira bancária, a abordagem adotada para mensuração e alocação de capital leva em consideração as métricas EVE (*Economic Value of Equity*) e NII (*Net Interest Income*), respeitando as diretrizes dadas pela Circular Bacen nº 3.876/18, alterada pela Circular Bacen nº 3.938/19.

A métrica do EVE consiste em estimar a variação entre o valor presente dos fluxos de reapreçamento de instrumentos financeiros em um cenário-base (taxa atual) e o valor presente dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (*stress*).

Na métrica NII, calcula-se o risco por meio de abordagem de resultado de intermediação financeira, que consiste na diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos financeiros sujeitos ao IRRBB, em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira destes mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros, considerando um horizonte de tempo até 12 meses.

As abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII) foram desenvolvidas em linha com as melhores práticas de mercado e conforme arcabouço contido na regulamentação vigente, a citar Resolução CMN nº 4.557/17 e Circular Bacen nº 3.876/18.

Adicionalmente, o risco de variação das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e negociação são calculados e reportados diariamente a alta administração.

De modo complementar, são realizados testes de *stress* de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, utilizando cenários históricos ou de mudança de premissas.

Para grandes oscilações de preços, o Mercantil utiliza o instrumento de *hedge* para proteger as operações financeiras nas quais encontra-se exposto. A estratégia de *hedge* consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista.

- Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos principais instrumentos financeiros:

Ativos Financeiros	Valor contábil	Valor justo			Total
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.567.589	1.504.274	63.315	-	1.567.589
Títulos e Valores Mobiliários	1.567.589	1.504.274	63.315	-	1.567.589
Ao valor justo por meio do resultado	73.643	-	3.167	70.476	73.643
Títulos e Valores Mobiliários	73.643	-	3.167	70.476	73.643
Ao custo amortizado	32.927.650	787.536	30.029.448	479.288	31.296.272
Depósitos no Banco Central	787.536	787.536	-	-	787.536
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.163.554	-	8.163.554	-	8.163.554
Operações de Crédito e Outros Créditos	23.733.479	-	21.865.894	236.207	22.102.101
Outros Ativos Financeiros	243.081	-	-	243.081	243.081
Total em 30/06/2026	34.568.882	2.291.810	30.095.930	549.764	32.937.504
Total em 31/12/2025	31.498.611	2.530.390	30.010.878	1.351.765	33.893.033

Passivos Financeiros	Valor contábil	Valor justo			Total
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ao custo amortizado	33.829.292	547.477	2.006.769	31.275.046	33.829.292
Depósitos	21.203.858	547.477	205.453	20.450.928	21.203.858
Captações no Mercado Aberto	6.976	-	-	6.976	6.976
Relações Interfinanceiras	81.372	-	81.372	-	81.372
Obrigações por Operações de Cessão	1.719.944	-	1.719.944	-	1.719.944
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	9.677.740	-	-	9.677.740	9.677.740
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.132.789	-	-	1.132.789	1.132.789
Outros Passivos Financeiros	6.613	-	-	6.613	6.613
Total em 30/06/2026	33.829.292	547.477	2.006.769	31.275.046	33.829.292
Total em 31/12/2025	30.601.989	504.319	1.544.594	28.553.076	30.601.989

- Posições de Instrumentos Financeiros e Análise de Sensibilidade de Riscos

Em cumprimento à Resolução CVM nº 121/22 que aprova o CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, foi realizada a Análise de Sensibilidade contemplando todos os instrumentos financeiros relevantes, ativos e passivos, com a mensuração do valor justo pela Instituição.

Sendo assim, foram considerados os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) classificados nas categorias ao valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao custo amortizado, bem como os Instrumentos Financeiros Derivativos e os respectivos objetos de *hedge*.

O Mercantil, atento às oportunidades de mercado, posicionou-se no mercado de futuros de taxas de juros com o intuito de proteger, parcialmente, os ativos de crédito. Neste caso, o instrumento foi classificado como *Hedge Accounting*, sendo utilizado na gestão e proteção de riscos financeiros por meio da aplicação de regras específicas de contabilidade, visando a redução ou eliminação da instabilidade do resultado contábil do exercício.

Ressalta-se que, na sua grande maioria, os Instrumentos Financeiros Derivativos existentes no Banco, são destinados à proteção de exposição a riscos (*hedge*) das posições que julgar necessário, não possuindo nenhum caráter especulativo.

A análise de sensibilidade, que tem como premissa identificar os tipos de riscos que podem gerar prejuízo à Instituição, foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

- **Cenário I:** Consiste de um cenário considerado provável, cujos dados foram obtidos de fonte externa (B3), tais como: cotação do dólar, preço dos títulos e taxas futuras de juros. A título de exemplo, considerou-se, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros a 13,88% ao ano.

- **Cenário II:** Consiste numa situação com variação de **25%** no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 30/06/2026 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi 10,51% ao ano.
- **Cenário III:** Consiste numa situação com variação de **50%** no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 30/06/2026 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi 7,01% ao ano.

Quadro Demonstrativo da Análise de Sensibilidade do conglomerado financeiro:

Efeito na variação do Valor Justo			Cenários		
Operação	Fatores de Risco	Componentes	I	II	III
Hedge Accounting	Taxa de Juros Prefixada ⁽¹⁾	Operações de Crédito (ponta ativa)	(4.693)	121.444	251.387
		Derivativo (ponta passiva futuro)	4.703	(121.725)	(252.000)
		Efeito Líquido	10	(281)	(613)
		Debêntures	(2.183)	(1.223)	(2.446)
TVM	Renda Fixa	Nota Comercial	(17)	(861)	(1.721)
		CDCA	(36)	(1.791)	(3.582)
		CRI	(6.876)	(4.079)	(8.158)
	Cota de Fundo	CRA	(4.060)	(9.670)	(19.339)
		FIDC	114	(2.922)	(5.843)
		FIAGRO	9	(273)	(546)
Total com correlação			(13.039)	(21.100)	(42.248)
Total com correlação líquido dos impactos fiscais			(7.171)	(11.605)	(23.236)

⁽¹⁾ A variação nesses fatores de risco é aquela que provoca um efeito líquido negativo, já que os reflexos no derivativo e no objeto de *hedge* são sempre opostos (lucro/prejuízo ou prejuízo/lucro).

O quadro acima evidencia os efeitos no resultado proveniente das oscilações das principais variáveis macroeconômicas, principalmente da taxa de juros doméstica nos cenários II e III. Além disso, destaca-se que, o *hedge accounting* garante a estabilidade da margem financeira das operações de crédito mesmo em um cenário adverso.

Importante mencionar que a análise de sensibilidade considera uma situação em que as posições da Instituição permaneceriam estáticas, o que não necessariamente deve ocorrer. Adicionalmente, cabe ressaltar que, o Mercantil possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado, com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

e) Gerenciamento do risco operacional

Por risco operacional, entende-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O Gerenciamento do Risco Operacional no Mercantil integra-se às estratégias e aos negócios de cada instituição participante do grupo, com o intuito de alinhar todos os processos existentes e praticados com as políticas vigentes. A estratégia da Instituição para esta gestão é o monitoramento das exposições a risco por meio das ferramentas que visam sua mitigação e consequente impacto nas perdas operacionais.

A estrutura de gerenciamento prevê uma atuação compartilhada do Risco Operacional, em que todos os colaboradores são responsáveis pela conformidade dos seus processos, estimulando o comprometimento com os resultados e uma gestão participativa.

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta por duas etapas complementares: qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla o levantamento dos processos críticos, a identificação e avaliação dos riscos e controles utilizando-se de testes sobre o desenho e a efetividade operacional dos

controles e por fim, a estratégia de resposta ao risco residual – seja por meio de planos de ação para melhoria, seja por meio de ações de monitoramento. Neste sentido é importante destacar que os riscos identificados seguem a categorização da legislação vigente.

Já a etapa quantitativa consiste na identificação de perdas operacionais e formação de base com as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao Risco Operacional no Mercantil, possibilitando a identificação dos motivos das perdas mais representativas e suas causas raízes, permitindo a geração de planos de ação com o propósito de reduzir perdas futuras.

A Gestão do Risco Operacional inclui também o acompanhamento de indicadores chave de risco (ICRs), que monitoram os principais motivos geradores de perda da Instituição. Os indicadores possuem tolerâncias alinhadas ao apetite a riscos do Mercantil e quando ultrapassam essa métrica, ações são geradas para retorno do risco a níveis aceitáveis. Além disso, os incidentes mais relevantes do Mercantil, mesmo os que não geram perdas, são monitorados e registrados em uma base específica com o intuito de tomada de ação para solução do problema e evitar sua reincidência.

O Mercantil possui também procedimentos definidos para Gestão de Terceiros Relevantes. O processo de gestão é direcionado pelo risco envolvido na atividade, com processo estruturado de segmentação, contratação, monitoramento, gerenciamento e desligamento.

No grupo Mercantil, o cálculo da parcela do RWAopad utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A metodologia de cálculo da abordagem utilizada pela Instituição foi definida seguindo os critérios de consistência, sendo passíveis de verificação e estando devidamente formalizada.

A Gestão de Continuidade dos Negócios, que também está inserida no âmbito do Gerenciamento do Risco Operacional, abrange todas as empresas do Conglomerado Prudencial, e busca garantir o funcionamento da Instituição a níveis aceitáveis na ocorrência de crises que, porventura, venham a interromper suas atividades. Para isso, os processos identificados e classificados como críticos na visão da continuidade dos negócios têm suas contingências planejadas e testadas, visando reduzir o impacto dos incidentes. Isso proporciona um ambiente mais seguro às operações, aos clientes e contrapartes, bem como aos seus acionistas. O escopo de atuação da Gestão de Continuidade no Mercantil engloba três pontos de atuação: Continuidade de Tecnologia; Continuidade dos Pontos de Atendimento e; Continuidade de Negócios (Administração Central).

Para garantir essa resiliência, o Mercantil utiliza metodologia que o permite definir estratégias de contingência, determinando procedimentos alternativos e linhas de ações que manterão as operações críticas em funcionamento, mesmo na ocorrência de eventos adversos que causem a interrupção das atividades. Todas essas especificações estão formalizadas em Planos de Contingência Operacional, atualizados periodicamente e divulgados de forma a garantir seu acionamento quando necessário, contemplando também toda a estrutura de recursos e pessoal disponibilizada para a continuidade dos negócios. Ainda neste contexto, destacamos o Plano de Contingência Corporativo do Conglomerado que possui foco em cenários de indisponibilidade que podem afetar o atendimento ao cliente e serviços prestados.

f) Gerenciamento dos riscos Social, Ambiental e Climático

O Gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático no Mercantil dá-se a partir do uso de ferramentas de identificação, controle e mitigação dos impactos sociais, ambientais e climáticos inerentes à atividade bancária e às partes interessadas do negócio.

Pautadas pela Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), as ações para controle e redução dos impactos da atividade da Instituição compreendem a gestão adequada dos resíduos e o mapeamento e estudo contínuo de oportunidades que possam contribuir com a eficiência no consumo de energia e recursos naturais da empresa.

Dentro deste contexto, a gestão do Risco Social no Mercantil contempla o contínuo monitoramento de pessoas incluídas em listas restritivas de trabalho análogo à escravidão divulgadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência, bem como de pessoas que apresentam algum tipo de medida cautelar vigente aplicada pela Anvisa, cujas atividades econômicas exercidas sejam de elevado risco sanitário. Os clientes que apresentarem tais apontamentos passam a ter alçada decisória mínima na análise julgamental de propostas de negócios.

Quanto à gestão do Risco Ambiental, a sua mitigação é realizada a partir da inclusão do restritivo alerta ambiental para as pessoas responsáveis pela recuperação de áreas contaminadas ou degradadas, bem como aos proprietários de imóveis embargados por práticas em desacordo com a regulamentação ambiental. Também são realizadas avaliações das garantias imobiliárias e de imóveis oriundos de processos de liquidação de dívidas. Importante destacar que, todos os imóveis urbanos submetidos a esses processos, possuem laudo de indícios de contaminação do solo.

No que tange ao risco climático, é aplicada a régua de sensibilidade deste risco sobre a carteira de crédito da Instituição. Com ela, o Mercantil é capaz de identificar, a partir de critérios de relevância (natureza das atividades e qualidade das carteiras) e proporcionalidade (participação da carteira sobre o total da carteira de crédito), quais são os setores econômicos e as partes interessadas mais sensíveis ao risco climático.

Ademais, o Mercantil atribui aos seus clientes Classificação de Exposição aos Riscos Social, Ambiental e Climático, que varia de "A" (maior risco) a "C" (menor risco), com a prevalência da pior classificação parcial entre categorias. Aqueles clientes que apresentam alta exposição, são tratados em alçada mínima do Comitê de Crédito, obedecendo os cortes de valores para atingir a alçada final do Comitê Superior de Crédito.

O Mercantil realiza ainda o acompanhamento dos clientes no âmbito da qualidade de suas operações de crédito, bem como de seus saldos aplicados em produtos de *funding* e as contrapartes dos investimentos em aplicações interfinanceiras e TVMs. Cabe ressaltar que, estes monitoramentos e acompanhamentos são realizados na esfera das partes interessadas do Mercantil, que compreendem colaboradores, fornecedores de produtos e serviços, tomadores de crédito e investidores.

Além disso, a captura de informações relacionadas aos riscos social e ambiental no início do relacionamento com o cliente e adota critérios no processo de concessão e gestão do crédito, bem como, na relação da Instituição com terceiros, a qual é embasada por cláusulas e processos que exigem e promovem uma rede de empresas mais responsáveis no âmbito social, ambiental e climático.

22. Outras Informações

a) Fundos de investimento – a gestão dos fundos de investimento é realizada por intermédio da controlada Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.

b) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.

c) Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possua essa modalidade de acordo.

Outras informações poderão ser obtidas no *site* da Instituição (www.bancomercantil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

23. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes no período.

BANCO MERCANTIL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA
Marco Antônio Andrade de Araújo – Presidente Mauricio de Faria Araújo – Vice-Presidente André Luiz Figueiredo Brasil – Secretário Christian Orga Orglmeister Clarissa Nogueira de Araújo Gustavo Henrique Diniz de Araújo Leonardo Ferreira Antunes Luiz Henrique Andrade de Araújo Marco Cesar de Castro Bravo	Diretor-Presidente Luiz Henrique Andrade de Araújo Diretor Vice-Presidente Executivo Gustavo Henrique Diniz de Araújo Diretores Vice-Presidentes Bruno Pinto Simão Felipe Lopes Boff Paulino Ramos Rodrigues Diretores Executivos Anderson Adeilson de Oliveira Carolina Marinho do Vale Duarte Gregório Moreira Franco Mariana Machado de Araújo de Souza Lima Diretores André Rodrigues Horta Lucas Lopes Kubiaki Rodrigo de Araújo Simões
CONSELHO FISCAL	
Ângela Mourão Cançado Juste Euler Luiz de Oliveira Penido Marcelo Rezende Amorim Taise Christine da Cruz Verena Moura Waisberg	
COMITÊ DE AUDITORIA	CONTADOR
Glaydson Ferreira Cardoso Carlos Augusto da Silva Daniel Henrique Alves da Silva Lauro Wilson da Silva	Anderson Guedes Inocência CRC – MG 077029/O-7

Data-Base 01/07/2026



BANCO
MERCANTIL